

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA**

**DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS – DELEA
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS**

LARISSA DOS SANTOS GUERRA

**A QUESTÃO RACIAL E A PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL:
A TRAJETÓRIA DO NEGRO EM UMA HISTÓRIA BRANCA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

RIO DE JANEIRO

2022

LARISSA DOS SANTOS GUERRA

**A QUESTÃO RACIAL E A PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL:
A TRAJETÓRIA DO NEGRO EM UMA HISTÓRIA BRANCA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais do Departamento de Línguas Estrangeiras do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Santiago Tavares de Sousa

RIO DE JANEIRO

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

G934 Guerra, Larissa dos Santos
A questão racial e a primeira república do Brasil: a trajetória do negro em uma história branca / Larissa dos Santos Guerra.— 2022.
52f. : il. ; enc.

Projeto Final (Graduação) Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2022.

Bibliografia : f. 49-52

Orientador: Elizeu Santiago Tavares de Sousa

1. Racismo - Brasil. 2. Brasil - História - República Velha,
1889-1930. 3. Barreto, Lima, 1881-1922. 4. Política internacional.
I. Sousa, Elizeu Santiago Tavares de (Orient.). II. Título.

CDD 305.896081

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

Dedico este trabalho à minha mãe por me ensinar o valor do ensino, do caráter, do crescimento profissional e pessoal e do amor pleno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, à minha querida família Guerra que nunca deixou de acreditar no sucesso do longo caminho acadêmico que eu tenho a percorrer apesar das dificuldades que enfrentei nos estudos. Uma família negra, nascida e crescida em uma comunidade carente, não permitiu que os limites da sociedade os definissem e me ensinaram o valor e o orgulho de ser uma mulher preta. O apoio ilimitado de vocês a mim e aos meus estudos permitiram que eu pudesse alçar voo e vivenciar novas experiências. São a minha luz e minha base e, se estou neste momento da vida concluindo a minha graduação e escrevendo este trabalho de conclusão, é graças a força de vida de cada um deles para me proporcionar acesso ao nível superior. Agradeço, inclusive, à tia Luciana que entrou em minha vida para somar conhecimento e me ensinou muito sobre o amor que vem de graça. Também à minha prima, Maria Alice, pelo amor de irmã que cultivamos uma pela outra.

Ao meu orientador, Elizeu Santiago, eu agradeço pelo aprendizado de suas excelentes aulas que me ajudaram a entender qual caminho eu quero seguir como profissional e os valores que desejo defender, pela extensa paciência durante a realização deste trabalho e por me permitir expor aqui grande parte da minha essência ao confiar de forma tão sincera em meu potencial, mesmo quando eu não acreditei.

Ao CEFET-RJ e ao corpo docente do LEANI agradeço pela oportunidade de vivenciar a rica experiência da vida acadêmica. Eu já admirava o papel do professor na formação de novos profissionais, mas vocês elevaram o nível de forma sem precedentes. Por esta razão, quero em especial agradecer imensamente aos professores Adriana Ramos, Gileade Godoi, Leandro Cristovão e Wagner Belo por me entregarem para além das lições de sala de aula, os ensinamentos pessoais que eu nunca esquecerei e a dedicação de cada um de vocês me faz encerrar esse ciclo muito mais madura e determinada.

Não caberia nesta uma página disponível todos os amigos que cooperaram para que eu chegasse onde estou hoje. Eu aprendi com cada um de vocês que amizade é fundamental pois é uma escolha que fazemos em livre arbítrio sobre quem queremos ter ao nosso lado. Alice, Adelson, Barbara, Bruna, Caroline e Victor Hugo, vocês estão ao meu lado desde o colégio e mais do que ninguém entendem como essa graduação é uma vitória para mim. À Louise, por ser mais uma professora inspiradora em minha vida. Gabriele, Patrícia, Tamiris e Thaís, vocês são a representação da importância do LEANI em minha vida. Asafe, Brígida, Camile,

Caroline, Matheus Andrade e Matheus Gonçalves, cada um de vocês esteve nos momentos mais especiais que tive na minha trajetória no LEANI e por isso tenho certeza que não teria sido o mesmo sem vocês. Giulliana, você foi minha primeira amiga no LEANI e isso eu nunca vou esquecer. Ao Samuel, agradeço pelo constante incentivo ao longo da realização deste trabalho, pela paciência e por sempre me ajudar a enxergar do que sou capaz. Marcos, *mi hermano*, por ter me acolhido em terras desconhecidas, por ter me ensinado tanto de seu idioma e de sua cultura e por ter permanecido em minha vida.

À Venturi Aerodesign e aos amigos que fiz. Não dá para citar cada um, mas quero que saibam que por causa de vocês o CEFET-RJ era a minha segunda casa. Me ensinaram o apreço pelo conhecimento, pela amizade, pelo acolhimento e pelo trabalho em equipe.

Agradeço, de coração, a todos que estiveram presentes em minha vida durante o bacharelado e a mais mínima participação para me ajudar a concluir a graduação.

*“Um sorriso negro, um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego, fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade

Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
Negro é a solidão

Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino, é amor
Negro também é saudade”*

(“Um Sorriso Negro”, Dona Ivone Lara – 1981)

RESUMO

GUERRA, Larissa dos Santos. **A questão racial e a primeira República do Brasil:** a trajetória do negro em uma história branca. 52 páginas. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

O propósito deste trabalho é estudar o período da Primeira República do Brasil, adotando-se analiticamente a questão racial. Embora sejam inúmeros os estudos acerca da Primeira República, a intenção deste trabalho é compreender o seu desenvolvimento histórico, tendo como delimitação a importância da discussão étnica no período, assim como a sua relação com os principais processos de política interna e externa. Mais especificamente, este trabalho analisará as trajetórias de dois importantes personagens na Primeira República: Lima Barreto e Euclides da Cunha. Propõe-se, portanto, uma viagem ao passado em um trabalho em que a perspectiva negra é a protagonista de uma história tão branca.

Palavras-chave: Primeira República; Racial; Lima Barreto; Política externa; Política interna;

ABSTRACT

GUERRA, Larissa dos Santos. **The racial issue and the first republic of Brazil:** the black trajectory in a white story. 52 pages. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso – Federal Center of Technological Education – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

The purpose of this work is to study the period of the First Republic of Brazil, analytically adopting the racial issue. Although there are numerous studies about the First Republic, the intention of this work is to understand the historical development, having as a delimitation the importance of the ethnic discussion in the period, as well as the relationship with the main processes of internal and external politics. More specifically, this work will analyze the trajectories of two important characters in the First Republic: Lima Barreto and Euclides da Cunha. Therefore, a journey to the past is proposed in a work in which the black perspective is the protagonist of such a white story.

Keywords: First Republic; Racial; Lima Barreto; Foreign Policy; Internal Politics;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O IMPÉRIO DO BRASIL.....	13
1.1 O REINADO AUTORITÁRIO	16
1.2 O REINADO “ÀS AVESSAS”	17
1.3 FALSA LIBERDADE.....	23
2. UMA REPÚBLICA DE MUITOS NOMES.....	27
2.1 REPÚBLICA PROVISÓRIA.....	29
2.2 REPÚBLICA DAS REVOLTAS.....	32
2.3 FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	36
2.4 AS “QUESTÕES” DO BARÃO.....	38
3. A PERSPECTIVA NEGRA: OS CASOS DE LIMA BARRETO E EUCLIDES DA CUNHA.....	41
3.1 À MARGEM DA DIPLOMACIA.....	41
3.2 “O BRASIL NÃO TEM POVO, TEM PÚBLICO”	43
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é estudar o período da Primeira República do Brasil, tendo como foco analítico a questão racial. Embora sejam inúmeros os estudos acerca da Primeira República, a intenção deste trabalho é compreender o seu desenvolvimento histórico, tendo como delimitação a importância da discussão étnica no período, assim como a sua relação com os principais processos de política interna e externa.

Não é exagero dizer que há uma lacuna nos estudos realizados sobre a Primeira República e o papel e o lugar do negro no período. Isto fez com que eu, enquanto aluna de LEANI e auto declarante de cor racial preta, procurasse entender e esclarecer o tópico sob um novo ponto de vista, buscando uma maior proximidade com o que represento. Por isto, a justificativa principal está na ânsia de promover novos pensamentos e visões, além de conectar e relacionar a perspectiva negra dentro de uma periodização histórica complexa e pouco explorada.

Mais especificamente, este trabalho analisará as trajetórias de dois importantes personagens na Primeira República. O primeiro deles, o jornalista e escritor Lima Barreto, relatou em suas obras a contrariedade que existia frente à política externa europeizada do patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco. O segundo, Euclides da Cunha...

Ambos os personagens serão apresentados e terão as suas biografias analisadas para um melhor entendimento acerca do possível distanciamento social dentro da política interna e externa provocado pela estrutura racial da época. Entende-se que esta lacuna necessita ser preenchida assim como a questão racial, possivelmente presente no período, precisa ser documentada em estudos acadêmicos.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho será analisar o período histórico compreendido na Primeira República, introduzindo Lima Barreto e Euclides da Cunha como os personagens principais, com a intenção de compreender o peso da participação dos negros nas discussões políticas e sociais. Para isto, uma viagem ao passado terá o intuito de investigar a existência ou não de um debate étnico no período. O foco de interesse está em averiguar se a questão racial foi um ponto presente e em que medida foi utilizada como objeto de argumentação para o desenvolvimento da Primeira República.

Preliminarmente, parece-nos possível afirmar que a questão racial não é tratada com a relevância necessária e o nosso principal propósito será recuperar a presença ativa do negro ao longo do período.

Para embasamento do meu trabalho, utilizaremos como referências bibliográficas os estudos históricos acerca da Primeira República, assim como uma pesquisa sobre o pensamento étnico-raciais dentro das relações internacionais e da política externa brasileira da época. Utilizaremos como metodologia a análise de textos, livros e pesquisas de autores (apresentados nas referências bibliográficas) que versem sobre o tema proposto. As principais biografias de Lima Barreto, Euclides da Cunha e Barão do Rio Branco também serão utilizadas como fonte de referências.

O trabalho será dividido em cinco partes. Após esta introdução, no capítulo 1, intitulado “O Império do Brasil”, faremos uma releitura histórica, em perspectiva panorâmica, do Primeiro e Segundo Reinado. Visto que o tema geral é a Primeira República, no segundo capítulo realizaremos uma contextualização do assunto, buscando compreender as diferentes facetas de um período tão conturbado. Também no segundo capítulo, faremos uma apuração sobre a falta de participação negra no processo de política interna e externa, através da apresentação da carreira de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. O terceiro capítulo será dedicado aos personagens negros destaques deste trabalho, o escritor e jornalista Afonso Henriques de Lima Barreto e o também escritor e filósofo Euclides Rodrigues da Cunha. Na seção final, faremos as considerações finais com ênfase em responder à pergunta primordial: em que medida a questão racial esteve presente em assuntos de política interna e externa da Primeira República?

CAPÍTULO 1

O IMPÉRIO DO BRASIL

O Império do Brasil¹ estava em seu Segundo Reino², como ficou conhecida a última fase do período, quando teve seu fim marcado pela Proclamação da República. É importante abordar o Segundo Reinado não apenas para a relatar as circunstâncias do que virá a seguir, mas para uma compreensão geral de onde se inicia a discussão da questão racial desde os primórdios da República, buscando entender se houve e qual foi a participação negra. Apesar do enfoque desta primeira seção ser o Segundo Reinado – fim do Brasil Império e início da República –, um breve entono histórico acerca do que aconteceu antes se faz necessário.

Durante os 67 anos de duração, o Brasil Império teve três fases muito importantes – que serão discutidas mais adiante no trabalho. Em sete de setembro de 1822, o Brasil se torna independente do que antes era “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”³ com a Declaração da Independência por Dom Pedro I. Seis semanas antes do Grito do Ipiranga, Dom Pedro I escreveu – em 26 de julho de 1822 – uma carta para o pai Dom João VI, rei de Portugal, em que dizia: “É um impossível físico e moral Portugal governar o Brasil, ou o Brasil ser governado por Portugal. Não sou rebelde (...) são as circunstâncias” (GOMES, 2010:15).

O processo de independência do Brasil se dá através de três contextos: transcontinental, americano e local. O contexto transcontinental é assinalado pela Revolução Francesa⁴, os conflitos revolucionários e Napoleão Bonaparte⁵ que construiu um poderoso exército – talvez o mais poderoso já visto na Europa. Bonaparte cria o chamado Bloqueio Continental e impede que os países europeus tenham qualquer meio de relação comercial com a Inglaterra, mas Portugal não acatou a ordem do automeado imperador, o que acarreta em

¹Também denominado como Brasil Império, Brasil Imperial ou Brasil Monárquico, foi um Estado que existiu no século XIX. Durou de 1822 a 1889. Como uma monarquia constitucional parlamentar em forma de governo, teve dois imperadores: Dom Pedro I e, seu filho, Dom Pedro II. Durante esta primeira seção, serão encontradas as diferentes formas de nomenclatura para o período.

²Período de 1840 a 1889, ano em que foi o fim do Brasil Império.

³Surgiu em 1815 com a elevação do Estado do Brasil a reino e unido com o Reino de Portugal e dos Algarves. Nos quais dez anos de existência, teve apenas dois reis: Dona Maria I (rainha de Portugal) e Dom João VI que já governava como príncipe-regente antes da morte de sua mãe em 1816.

⁴Conflito social e político burguês e confronto armado que deu fim ao absolutismo francês e expandiu o pensamento liberal por todo o mundo. Começou em 1789 e terminou em 1799.

⁵Napoleão Bonaparte, automeado imperador da França em 1804, foi um estadista e líder militar francês nas guerras napoleônicas marcada por uma série de confrontos.

uma invasão⁶ no país. Portugal, por sua vez, assina uma convenção secreta com a Grã-Bretanha e transfere a sede da monarquia da metrópole para o que era então a capital da colônia portuguesa, o Rio de Janeiro. Assim, em 1808, a família real portuguesa, fugindo de Napoleão, desembarca no Brasil. Em 1815⁷, o Estado do Brasil torna-se “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”.

“Um enxame de aventureiros, necessitados e sem princípios, acompanhou a família real”, notou o historiador John Armitage. “Os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do Brasil. Consideravam temporária a sua ausência de Portugal e propunham-se mais a enriquecer-se à custa do Estado do que a administrar justiça ou beneficiar o público” (GOMES, 2009:169).

Nas Américas, na segunda metade do século XVIII, iniciou-se um processo de independência nas colônias no continente americano. Em 1776, o EUA se tornou independente do Reino Unido. Em 1791 houve a Revolução Haitiana – uma revolta dos escravos contra as classes dominantes que gerou um combate dos negros contra a escravidão e os abusos que eles sofriam com os soberanos – que culminou na independência do Haiti em relação à França.

No caso do Brasil, o contexto americano se mescla com o contexto local. O primeiro ponto de processo rumo à independência foi o decreto assinado por Dom João VI em 1808. O “Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas” permitia que colônias portuguesas estabelecessem relações comerciais com outras nações europeias, ainda que “nações amigas”, naquele momento da história, fosse apenas a Inglaterra. Tal ato pôs fim a mais de trezentos anos de sistema colonial.

“A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas impulsionado, ao mesmo tempo, pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e perceber os tributos devidos” (FAUSTO, 2008:67).

Em função disto, uma divisão surge na burguesia. De um lado a classe burguesa de Portugal que protesta contra a perda de privilégios coloniais devido a assinatura dos novos tratados e do outro, a classe burguesa do Brasil que desejava mais autonomia por causa dos ganhos que os mesmos tratados assinados lhe proporcionavam. O resultado disto chegou em

⁶As tropas francesas desocuparam Portugal apenas em 1811.

⁷Neste mesmo ano, Napoleão Bonaparte é derrotado na Batalha de Waterloo.

1820 com a Revolução Liberal do Porto⁸. No livro *A História Concisa do Brasil* (2008), Boris Fausto explica:

“Os revolucionários procuravam encontrar saídas para uma conjuntura de profunda crise na vida portuguesa. Crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos de governo; crise econômica, resultante em parte da liberdade de comércio de que se beneficiava o Brasil; crise militar, resultante da presença de oficiais ingleses em altos postos e a preterição de oficiais portugueses nas promoções” (FAUSTO, 2008:71).

Além disto, ele assinala que a revolução burguesa tinha pontos contraditórios, pois detinha o cunho de liberal por defender que a monarquia absoluta era ultrapassada e opressiva reivindicando o nascimento dos órgãos conhecidos como Cortes e, ao mesmo tempo, queriam também fazer do Brasil novamente um subordinado de Portugal e diminuir a influência inglesa e elevar os interesses deles. “Para muitos deles, o Brasil era “uma terra de macacos, de bananas e negrinhos apanhados na costa da África” que estava precisando de um cão de fila para entrar em ordem” (FAUSTO, 2008:72).

Tudo isto culminou com Dom João VI que, temendo pela perda do trono, retorna a Lisboa em 1821 e deixa seu filho, Pedro de Bourbon e Bragança, como príncipe-regente.

Pedro tinha visões abolicionistas e defendia ideais liberais. Após o retorno de seu pai a Lisboa, passou a garantir direitos individuais como a redução de impostos. As cortes portuguesas estavam extremamente insatisfeitas com as posturas do príncipe então promovem a dissolução do governo central no Rio de Janeiro e enviam ao regente uma ordem imediata para que Pedro I retorne a Portugal. O tão conhecido “Dia do Fico”⁹ em nove de janeiro de 1822 ficou marcado: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Digam ao povo que fico!” (PEDRO I, 1822).

“Independência ou morte!”. Foi com o grito do Ipiranga, em sete de setembro de 1822, às margens do rio de mesmo nome, que Pedro declarou a independência do Brasil de Portugal após diversas tentativas de manter relações e propor regulamentações todas negadas pela metrópole. Mais de um mês depois, ganha o título de Dom Pedro I¹⁰ e torna-se imperador do Brasil. Três anos depois Portugal reconhece a independência do Brasil mediante a um pagamento de indenização.

⁸Com ampla insatisfação das camadas por causa das conquistas no Brasil que não chegavam à Portugal, as camadas passaram a exigir a volta do rei à antiga metrópole para a criação de uma Assembleia Constituinte visando organizar o novo governo – ainda sem composição desde a retirada das tropas francesas.

⁹Uma petição com mais de 8 mil assinaturas clama pela permanência do príncipe-regente.

¹⁰Dom Pedro I possuía apenas 24 anos quando assumiu como imperador do Brasil.

“Foi hoje o dia primeiro,
 Que o Brasil chegou a ter,
 Quando gritou soberano:
Independência ou morrer!”
 (Paula Brito, 1863)¹¹

1.1 O REINADO AUTORITÁRIO

A primeira fase do Brasil Império, após a independência, é conhecida como Primeiro Reinado¹² marcado pelo governo de Dom Pedro I. O início do Império foi bastante confuso com o acúmulo de diversas crises e atritos entre o imperador e grupos políticos. Gomes (2010) assinala que:

“No ano de sua independência, o Brasil tinha, de fato, tudo para dar errado. De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços. Era uma população pobre e carente de tudo, que vivia à margem de qualquer oportunidade em uma economia agrária e rudimentar, dominada pelo latifúndio e pelo tráfico negreiro (...). Para piorar a situação, ao voltar a Portugal, em 1821, o rei Dom João VI havia raspado os cofres nacionais. O novo país nascia falido. (...) As perspectivas de fracasso, portanto, pareciam bem maiores do que as de sucesso” (GOMES, 2010:17-18).

Apesar de independente, Brasil segue sendo uma monarquia e Dom Pedro I ainda procurava manter os interesses de Portugal ao mesmo tempo que precisava evitar que houvesse uma fragmentação em seu território. “Exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas” (FAUSTO, 1995:146).

Como forma de organizar a política no Brasil, o imperador convoca uma Assembleia Constituinte, mas graves divergências surgiram pois Dom Pedro I queria uma Constituição que aumentasse seus poderes e os deputados, eleitos por voto direto do povo, queriam limitar tais poderes. Então que ele decide dissolver a Assembleia sob a justificativa de que perjurara ao seu solene juramento de salvar o Brasil e redigiu, junto de alguns aliados, uma Constituição. “Um contingente ponderável da população – os escravos – estava excluído de seus dispositivos. Deles não se cogita, a não ser obliquamente, quando se fala dos libertos” (FAUSTO, 1995:149).

¹¹Francisco de Paula Brito foi um jornalista, autor, editor, dramaturgo, tradutor, letrista e poeta negro. Fundou o “Sociedade Petalógica” no qual também era membro o escritor Machado de Assis. Poesia retirada de um livro de poesias de Francisco Paula Brito.

¹²De 1822 a 1831.

A Constituição de 1824¹³ foi a primeira constituição do Brasil. O historiador Neill Macaulay (1986:162) citado por Gomes (2010:219) afirmou que: “embora tivesse imperfeições, era a melhor entre as de todos os países do hemisfério ocidental, com exceção dos Estados Unidos”. Tais imperfeições citadas por Macaulay tinham relação com o caráter centralizador e com os poderes “sagrados” que a Constituição redigida provia a Pedro I. Também foi outorgada¹⁴, ou seja, imposta pelo imperador. A Constituição foi um exemplo claro do autoritarismo que marcou todo o governo de Dom Pedro I. Fausto (2008:80) assinala: “A Constituição de 1824 vigorou com algumas modificações até o fim do Império. Definiu o governo como monárquico, hereditário e constitucional.”

O Primeiro Reinado encontrou seu fim por motivos políticos pois as decisões equivocadas de Dom Pedro I – decisões estas que demonstravam a fraqueza do governo imperial– criou insatisfações nos liberais e conservadores, grupos líderes da política do Brasil à época, e em meio a muitos protestos populares, o imperador abdica do trono em 1831¹⁵.

1.2 O REINADO “ÀS AVESSAS”

A segunda fase conhecida como Período Regencial¹⁶, começa com a permanência no Brasil do filho de Dom Pedro I, Pedro de Alcântara, de apenas cinco anos de idade. Pela Constituição, Pedro só poderia ser coroado como imperador quando atingisse os dezoito anos de idade. Então, até esse momento, o país seria governado por regentes¹⁷. Daí o nome Regência. “Durante a sua menoridade, o Império será governado por uma Regência, a qual pertencerá ao parente mais chegado ao Imperador, segundo a ordem de sucessão, e que seja maior de vinte e cinco anos” (Constituição de 1824).

O período, que embora não tenha completado uma década, foi “um dos mais agitados da história política do país” (FAUSTO, 2008:86) e marcado por muitas disputas entre os parlamentares brasileiros e por rebeliões provinciais. Cabanagem¹⁸, Revolta dos Malês¹⁹ e a

¹³Foi a mais duradoura de todas, findando apenas em 1891 ao ser substituída pela primeira constituição republicana.

¹⁴Difere da promulgada que é quando a Constituição é feita com a participação do povo ou de seus representantes, como os deputados.

¹⁵Dom João VI, seu pai, havia falecido cinco anos antes e a família real disputava o trono.

¹⁶De 1831 a 1840.

¹⁷Regentes são aqueles que governam ou dirigem um Estado durante a ausência ou incapacidade do príncipe ou monarca legítimos.

¹⁸Também conhecida como Guerra dos Cabanos, foi uma revolta popular contra a elite política local comandada por Félix Clemente. Durou de 1835 a 1840.

Revolução Farroupilha²⁰ foram algumas dentre as várias revoltas presenciadas nos poucos sete anos de duração da Regência.

A primeira Regência foi a Trina Provisória²¹ em 1831. Algumas das medidas tomadas por esse governo foram a expulsão dos estrangeiros do Exército, a extinção do Poder Moderador²², anistia dos presos políticos do país e a reintegração dos ministros que haviam sido demitidos por Dom Pedro I antes de sua abdicação. Havia, com essas medidas, uma procura por suavizar as questões políticas da época.

A segunda Regência foi a Trina Permanente²³. Este governo tinha a preocupação de conter as rebeliões que, como já mencionado anteriormente, foram marcas significativas em todo o período regencial. Para compor o Ministério da Justiça, os regentes indicaram Diogo Antônio Feijó²⁴, quem originou a Guarda Nacional²⁵ que tinha como principal missão conter as rebeliões. Entretanto, a mais marcante das medidas tomadas pela Trina Permanente foi a reforma da Constituição com o Ato Adicional de 1834²⁶. Este Ato era uma vitória para os interesses políticos dos liberais. Mesmo com todas as disputas entre os políticos e os grupos políticos, a Trina Permanente conseguiu cumprir o mandato de quatro anos pré-estipulado.

Entre os anos de 1835 e 1840, quando finalizou a segunda fase do Império, houveram duas Regências Unas. A primeira ficou conhecida como Regência Una de Feijó²⁷ na qual Diogo Antônio Feijó, eleito com maioria de votos, precisou lidar com diversas manifestações oposicionistas e até mesmo os liberais moderados – aliados de Feijó – acusavam que o governo era tolerante e indeciso²⁸. A política da época estava dividida entre os progressistas – tendência liberal – e os regressistas – orientação mais conservadora – estes últimos estavam

¹⁹A Revolta ocorreu na noite de 24 para 25 de janeiro 1835 em Salvador – Bahia. Foi o maior levante de escravizados da história do Brasil. Durou de 1835 a 1845.

²⁰Também conhecida como Guerra dos Farrapos, a Revolta teve como principal motivo a insatisfação dos estancieiros gaúchos com a política fiscal do governo brasileiro.

²¹Governo provisório formado pelos senadores José Joaquim Carneiro de Campos, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Francisco de Lima e Silva. Teve uma duração de apenas dois meses.

²²É um poder de Estado que sobrepõe aos poderes legislativo, judiciário e executivo. Foi instituído no Império por Dom Pedro I e a Constituição de 1824.

²³Formada por Francisco Lima e Silva e os deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Eleitos após uma contagem de votos e com mandato de quatro anos.

²⁴Regente Feijó foi um sacerdote católico e estadista brasileiro, considerado um dos fundadores do Partido Liberal.

²⁵Força militar organizada no Brasil em 1831 e desmobilizada em 1922. Ao criar-se a Guarda Nacional, foram extinguidos os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças.

²⁶Este documento dava o poder as províncias para organizarem suas próprias assembleias legislativas, a adesão de uma Regência Una escolhida por voto direto e a suspensão (temporária) do Poder Moderador e do Conselho do Estado.

²⁷De 1835 a 1837.

²⁸Além disto, havia as questões de saúde. Feijó sofria de hemiplegia, uma doença que paralisa metade do corpo. Tais questões colocavam em dúvida a estabilidade do governo dele.

mais fortalecidos e exigiam uma política que visasse os interesses das elites agrárias. A Regência termina com a renúncia²⁹ de Feijó que já não tinha força física e não tinha força política.

Assim começa a Regência Una Araújo Lima³⁰. O regente formou um gabinete totalmente conservador e representou todo o retrocesso das conquistas dos liberais do Ato Adicional de 1834. Decretou a Lei Interpretativa do Ato Adicional e revisou diversos pontos da reforma de 1834. Com a revisão, as provinciais perderam seus direitos de políticas administrativas e o governo central nomearia os funcionários públicos, de polícia e justiça.

Com o argumento de que as revoltas e as derrotas políticas diminuiriam e seriam contornadas, os liberais se uniram em torno da ideia de um projeto de antecipação da maioria de Pedro de Alcântara e, em consequência, da coroação deste como imperador do Brasil. Os conservadores já não viam uma saída para os problemas que as revoltas criavam e o que seria conhecido depois como Segundo Reinado, ganhava cada vez mais força. Assim, em julho de 1840, o governo regencial de Araújo Lima termina junto com a antecipação da maioria e coroação de Dom Pedro II, aos 14 anos de idade. O episódio ficou marcado como Golpe da Maioridade.

O Segundo Reinado, diferentemente dos outros dois períodos presentes no império, foi o que teve maior estabilidade política³¹, uma vez que Dom Pedro II havia encontrado um equilíbrio entre os liberais e conservadores além prover aliança das instituições públicas com aliados políticos. Este período foi marcado como o de maior avanço na modernização do Brasil: construções de estradas de ferro, a introdução dos telégrafos e de aparelhos telefônicos. Essa modernização deu um certo protagonismo ao Brasil. Também foi o nascimento das artes com literatura, teatro, arquitetura e artes visuais assim como a composição do grupo Geração de 1870³². Muitas outras transformações também aconteceram. A navegação agilizou o transporte da população e de mercadorias, energia elétrica passou a ser utilizada para iluminação das ruas, novas indústrias surgiram e o Brasil se tornou um importante exportador e importador de café.

²⁹Ao renunciar, nomeou o senador Pedro de Araújo Lima como titular da pasta do Império e, assim, o deixa como substituto direto ao cargo de regente.

³⁰De 1837 a 1840.

³¹Também foi o que mais durou das três fases do Brasil Império. Foram quarenta e nove anos.

³²Composto por Joaquim Nabuco, Alberto Salles, Sílvio Romero, Lopes Trovão, André Rebouças, entre outros.

Um evento muito importante para a história aconteceu durante o Segundo Reinado. Este evento ficou conhecido como Guerra do Paraguai³³. A Guerra, considerada a maior da América do Sul, foi um conflito armado de 1864 a 1870 com a participação dos países Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina e tinha como principal motivação uma disputa territorial. Há inúmeros registros que relatam como foi o conflito entre os países então o todo já é de conhecimento geral. Tratemos aqui, então, sobre algo pouco discutido: a participação dos negros na Guerra.

“As denúncias de que o exército brasileiro ao lutar na guerra (1864-1870) era formado por escravos não são novas. Ao contrário, têm pelo menos cento e vinte anos. Seus primeiros autores foram os redatores dos jornais paraguaios da época. Tratavam de menosprezar o exército brasileiro com base no duvidoso argumento de que, por ser formado por negros, deveria ser de qualidade inferior” (TORAL, 1995:287).

A Guerra do Paraguai deu forças para a discussão acerca da libertação dos escravos e o movimento abolicionista no Brasil. Isto se deu porque Dom Pedro II precisava de soldados pois as forças militares brasileiras se encontravam em uma situação caótica em função da invasão a um território paraguaio completamente desconhecido e, na tentativa de reestabelecer as linhas do front, o imperador propõem uma solução audaciosa e controversa ao sugerir uma lei que permitia a alforria em troca do serviço militar. Assim fez-se o decreto 3175/1866 aprovado em caráter de emergência:

“Concede liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do exército. Hei por bem ordenar que aos escravos da Nação que estiverem nas condições de servir no exército se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquelle serviço; e, sendo casados, estenda-se o mesmo benefício às suas mulheres. Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de novembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Império. Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador. Zacarias de Góes e Vasconcellos” (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL - 1866, página 313 Vol. 1 pt. II)³⁴.

As tropas compostas pelos negros “libertos” ficaram conhecida como “Voluntários da Pátria”, mas não tão voluntários. Assim, tão de repente, os negros escravos se viram no dever

³³Também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança.

³⁴Texto retirado do site Câmara dos Deputados. No site está salientado que o texto foi publicado conforme o original publicado em Coleção de Leis do Império do Brasil de 1866. Será acrescentado também como referência bibliográfica.

de defender a pátria que ainda lhe tratava como não-humano. Em *Maldita Guerra* (2002), Doratioto diz:

“Durante a guerra, os chefes militares brasileiros viram com restrição a presença de escravos libertos no Exército, acusando-os de mau desempenho militar. Para Caxias³⁵, o comportamento dos libertos causava, pelo exemplo, indisciplina na tropa, por serem "homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, que se consideram ainda escravos, que apenas mudaram de senhor". E nem podia ser diferente, afinal, o negro, ao ser escravizado, fora tratado como mercadoria e privado de cidadania e de vida familiar” (DORATIOTO, 2002:274).

O fim da guerra muito se deu pela morte do então presidente paraguaio, Francisco Solano López. Já caído após o golpe fatal, ele gritou: “Matem esses macacos demônios”³⁶ – mostrando o senso comum que o governo paraguaio tinha sobre os brasileiros.

“Na época da guerra (1864-1870), no Paraguai, o negro era, antes de tudo, o inimigo. O exército brasileiro era o exército *macacuno*, e seus líderes, segundo a propaganda lopizta³⁷, *macacos* que pretendiam escravizar o povo paraguaio, conduzindo-os da liberdade à escravidão” (TORAL, 1995:288).

A promessa feita pelo imperador da alforria pelo serviço militar fez com que muitos “libertos” voltassem ao país exigindo a abolição da escravatura pois o mesmo havia se comprometido a aumentar as leis abolicionistas devido a participação dos escravos no conflito. Dom Pedro II possuía visão abolicionista, mas com o temor de perder força política se viu pressionado pelos escravocratas e não cumpriu com sua palavra. Por fim, instituiu a inoperante Lei do Ventre Livre – que será analisada mais adiante no trabalho.

Por se tratar de um período tão longo como foi o Segundo Reinado, muitos eventos importantes aconteceram. Entretanto, o foco deste trabalho está em tratar da participação negra e discussão racial. Por isto, a partir deste momento, serão narrados os eventos que tiveram relação com a questão racial ao longo do Brasil Império e em que situação estava quando houve a Proclamação da República em 1889.

A participação dos negros estava completamente ligada a mão de obra escrava e ao tráfico negreiro³⁸. Bem verdade, a família real sempre foi contra a condição do escravo e o instituto que era a escravidão. Entretanto, Dom Pedro I e Dom Pedro II, cada um no período de seus governos, não tiveram apoio político e força política para se contrapor a toda a

³⁵Duque de Caxias foi um militar, político e monarquista brasileiro.

³⁶Tradução livre de “maten a esos diablos de macacos”.

³⁷Termo teórico referente ao governo de Francisco Solano López.

³⁸O Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados.

sociedade brasileira e pôr fim à escravidão. A discussão racial alcança um levante somente durante o governo de Dom Pedro II e isso veremos mais adiante. Antes, eventos pontuais com a participação do negro são importantes de serem relatadas.

De forma geral, a discussão racial durante o Primeiro Reinado e a Regência apareceu em forma de revoltas e reivindicações por melhores condições e relevância dentro da sociedade.

Como anteriormente citada, tivemos a Cabanagem ou Guerra dos Cabanos³⁹. Ficou conhecida assim a revolta popular e social que estourou em Belém do Pará em 1835 e que deixou mais de 30 mil mortos. À época do processo de independência do Brasil e em meio a extrema pobreza, fome e doenças, índios e mestiços, africanos pobres e escravos viviam amontoados em cabanas à beira dos rios e eram usados como mão de obra escrava. Estes juntaram-se à integrantes da classe média e uniram-se contra o governo regencial – abrangeu as duas Regências Unas. A revolta tinha como objetivo reivindicar o aumento do território no governo brasileiro e enfrentar a questão da pobreza extrema em que viviam.

Após longos cinco anos de luta, os cabanos foram completamente exterminados assim como nações indígenas praticamente desapareceram. Foi declarada vitória do Império do Brasil. Como consequências houve uma diminuição econômica e populacional no Pará e a criação da Província do Amazonas em 1850 que se separou do Grão Pará⁴⁰ por não querer aderir a revolta.

Também já mencionada antes, houve a Revolta dos Malês⁴¹. Na madrugada de 25 de janeiro de 1835, seiscentos escravos africanos, após uma pequena batalha na ladeira da Praça com uma patrulha de soldados, dirigiram-se à Câmara Municipal na qual existia uma prisão no subsolo e onde estava um dos principais líderes dos malês, o Bilal⁴². Os negros escravos eram muitas vezes utilizados como moeda de troca e por este motivo Bilal estava lá: seu senhor tinha dívidas vencidas e teve seus bens, incluindo Bilal, confiscados para irem a leilão em benefício dos credores. Contudo, o ataque à prisão não teve o sucesso esperado e o grupo se viu preso em um fogo cruzado junto com carcereiros e a guarda do palácio do governo. A Revolta findou com cerca de setenta rebeldes e alguns oponentes mortos.

³⁹Termo utilizado para nomear os homens que viviam em casas simples, cobertas de palha. Também significa um tipo de chapéu de palha comum entre o povo mais humilde na Amazônia.

⁴⁰Nome com o qual atual Estado do Pará foi conhecido nos períodos colonial e imperial.

⁴¹Assim eram conhecidos os negros muçulmanos.

⁴²Seu nome era Pacífico Licutan, mas Bilal era seu nome muçulmano.

Ainda no Período Regencial, em 1831, foi promulgada a Lei Feijó que proibia a importação de escravos no Brasil, por forte pressão da Inglaterra. Entretanto, a lei não era cumprida.

1.3 FALSA LIBERDADE

Aqui a discussão racial e a participação do negro tiveram outra direção. Uma visão abolicionista por parte de Dom Pedro II já mudava o rumo dos assuntos étnico-raciais. Além disto, toda a pressão inglesa foi extremamente relevante.

Em 1850, novamente por forte pressão da Inglaterra, foi decretada a Lei Eusébio de Queirós⁴³. A lei proibia a entrada de africanos no Brasil além de criminalizar quem a infringisse. Ainda que a lei tivesse certas boas intenções, é possível notar que o foco não estava em introduzir o negro na sociedade e, sim, não se distanciar das nações promovendo uma imagem de “país bom”. Acredita-se que foi um dos primeiros passos para a campanha abolicionista no Brasil, uma vez que a continuidade da escravatura criava para o exterior a concepção de que o país era uma nação “não-civilizada”. A concepção de “não-civilização” era contra-argumentada com a ideia de que a nação era independente e tomaria, por conta própria, a decisão de pôr fim ao tráfico no “momento certo”.

A Lei do Ventre Livre⁴⁴, decretada mais de 20 anos depois, foi apresentada na Câmara do Deputados e propunha a alforria às crianças nascidas de mulheres escravas no Império do Brasil. Ainda que soasse como um passo vitorioso, muitos do movimento abolicionista da época criticaram a lei pois ela deixava lacunas. A história relata e retrata que mulheres e crianças seguiram presos a seus senhores por longos anos, sem a garantia de seus direitos. Apesar de inúmeros estudos denominarem a lei como a primeira abolicionista, não foi bem assim que aconteceu. Pode-se dizer, metaforicamente, que apenas dois degraus eram acrescentados em uma longa escadaria.

Uma nova lei foi decretada em 1885 chamada Lei dos Sexagenários, esta dava liberdade total aos escravos com idade acima de sessenta anos. Assim como a Lei do Ventre Livre, a proposta básica era libertar apenas aqueles considerados “não aptos a desenvolver

⁴³Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara era o Ministro da Justiça e atuou com afinco contra o tráfico de escravos. Por já ter trabalhado como chefe da polícia, conhecia todos os locais onde estavam escondidos os escravos contrabandeados.

⁴⁴Também conhecida como Lei Rio Branco, uma vez que foi patrocinada pelo Visconde do Rio Branco.

mão de obra escrava”. Também como a Lei do Ventre Livre, deixou lacunas e não resolveu totalmente os problemas pelos quais passavam os negros. Talvez tenha, somente, sementado um pouco mais o caminho para o fim da escravatura.

Por fim, em 13 de maio de 1888, Princesa Isabel⁴⁵ assinou a Lei Áurea: a abolição da escravatura no Brasil. A aprovação da lei que, finalmente, aboliu a escravidão foi uma vitória frente as muitas lutas que o movimento abolicionista precisou enfrentar. É importante salientar que, neste momento, a participação dos negros/escravos da época foi muito significativa e o processo de escravidão, diferente do que a monarquia tentou passar, foi gradual e inevitável.

É fundamental salientar que a lei, apesar de necessária, foi decretada sem planejamento e sem qualquer política de inclusão assim que os escravos libertos não tiveram totalmente sua liberdade e seus direitos. Alguns voltaram a trabalhar em fazendas ganhando muito pouco e outros, que se arriscaram a ir para a cidade, exerciam atividades em condições precárias.

O fim da escravidão foi um dos motivos⁴⁶ para o fim do Segundo Reinado e do Brasil Império até o desdobramento para a Proclamação da República. Ainda que não fosse da forma esperada, a questão racial é um ponto fundamental de mudança política neste momento. A família real perde o apoio político pois as elites econômicas se sentiram prejudicadas com a perda do trabalho escravo já que era o sustento destas e isto acarretou um descontentamento geral. Assim o apoio passa a ser direcionado para os republicanos – que em sua maioria estavam presentes no âmbito militar. É triste perceber que os negros muitas vezes só entravam em pauta de discussão quando a elite era figurativamente⁴⁷ prejudicada.

Em uma forma de resistência popular à república e a falta da discussão racial dos recém-libertos, foi criada por José do Patrocínio⁴⁸ e ex-abolicionistas monarquistas, em setembro de 1888, a Guarda Negra. Este grupo incluía também ex-escravos, muitos deles capoeiras, e libertos que eram “movidos pela defesa da liberdade recém conquistada e pelo temor de que os republicanos lhes impusessem alguma nova forma de cerceamento” (GUIMARÃES, 2011:20). A Guarda Negra enxergava os fazendeiros e republicanos com

⁴⁵Princesa Isabel, segunda filha e a primeira menina de Dom Pedro II, exercia – à época – o papel de princesa regente em sua terceira regência. Ficou conhecida como a “Redentora”.

⁴⁶A questão religiosa e a maçonaria foram outros dois motivos que geraram o fim do Brasil Império.

⁴⁷Termo utilizado para se fazer entender que o prejuízo, na visão da autora, não é um prejuízo. Ou seja, sem sentido real e totalmente figurado.

⁴⁸José Carlos do Patrocínio jornalista, escritor e ativista político brasileiro. Foi um dos personagens mais importantes nos movimentos abolicionistas do país.

desconfiança acreditando que os ataques ao Império tinham relação com possíveis regresso à recém liberdade conquistada em 13 de maio e, por esta razão, também faziam alta proteção a Princesa Isabel.

De acordo com Flávio Gomes em *Estudos Afro-asiáticos*, nº 21 de 1999, o temor dos negros era justificado uma vez que os mesmos tinham experiência quanto a manipulação legal das elites fazendeiras e acrescenta, ademais, que a Guarda representou, de fato, para a elite sociopolítica um perigo levando-lhes ao temor de que os setores populares e ex-escravos passassem a participar das discussões político raciais. O fim da Guarda Negra se deu com a Proclamação da República que criminalizou a capoeira devido aversão social criada pelas elites através de estereótipos em relação ao negro e a manifestação cultural afro-brasileira. O que aconteceu com os membros é incerto e sem qualquer base histórica para confirmação dos fatos.

Outro motivo para a queda de Dom Pedro II foi a questão militar. Após a Guerra do Paraguai foi aprovado o projeto montepio que tinha como objetivo ressarcir as famílias dos militares mortos em combate, mas desde sua aprovação – em 1870, fim da Guerra – até 1883 nenhuma família havia sido paga. O tenente-coronel Sena Madureira foi escolhido pelos militares para reivindicar seus direitos, mas Madureira fez fortes críticas ao governo e por isto foi punido além dos militares terem sido proibidos de darem entrevistas à imprensa sem prévia autorização do governo imperial. Sena foi punido pelo imperador uma segunda vez⁴⁹.

Após uma terceira punição⁵⁰, Dom Pedro II exige que o marechal Deodoro da Fonseca, superior de Madureira, tomasse providências quanto às desobediências do tenente-coronel ao passo que Deodoro nega e dessa vez ambos são punidos. Acredita-se que o pico foi com o lançamento do Manifesto ao Parlamento e à Nação em 1887 que reivindicava liberdade de expressão na imprensa por parte dos militares. Deodoro da Fonseca ficava cada vez mais forte e já liderava o exército como um partido político.

As divergências entre os militares e o imperador iam aumentando e cada vez mais facilitando para que os republicanos disseminassem suas ideias entre os militares e estes, por sua vez, eram também influenciados pelas ideias positivistas, transmitidas por Benjamin

⁴⁹Francisco José do Nascimento, líder dos jangadeiros, foi convidado por Sena Madureira para uma recepção no Clube Militar.

⁵⁰O coronel Cunha Matos estava responsável por investigar o desaparecimento de um lote de fardas e concluiu que o tenente-coronel Pedro José de Lima havia sido o culpado pelo incidente e o reprimiu severamente. A imprensa atacou Cunha Matos que respondeu aos ataques. Entretanto, a lei não permitia que militares discutissem assuntos políticos ou militares por meio da imprensa. Assim, Cunha Matos foi punido. Sena Madureira não aceitou a punição dada ao coronel e levou, ele mesmo, uma terceira.

Constant, que rodeavam por toda a França. “Se mal com ela, ruim sem ela” (DEODORO, sessenta e três dias antes do 15 de novembro).⁵¹

Um golpe de Estado republicano planejado pelos militares e liderado por Deodoro da Fonseca é posto em prática do dia 14 de novembro de 1889. Os militares tomaram o quartel general do Exército e exigiram que o Visconde de Ouro Preto fosse substituído como líder do gabinete. Em 15 de novembro de 1889, Deodoro proclama a república e depõem Pedro II. “Se assim é, será minha aposentadoria. Trabalhei demais e estou cansado. Agora vou descansar.” (Dom Pedro II ao ser deposto por Deodoro da Fonseca).

A família real ficou por uns dias presa no Paço Imperial no Rio de Janeiro antes de serem banidos do Brasil. Exilados, voltaram para Portugal.

“É com o coração despedaçado pela tristeza que me despeço dos meus amigos, de todos os Brasileiros, e do país que eu amei e amo muito, e da felicidade que eu tenho lutado para contribuir e pela qual eu vou continuar a manter as mais ardentes esperanças” (PRINCESA ISABEL, 1889).

Em meio ao processo do novo regime, em São Luís do Maranhão, a questão racial ficou marcada pela morte de milhares de pessoas que, descritas como “libertos”, “homens de cor”, “cidadãos do 13 de maio” e “ex-escravos” saíram às ruas em um protesto contra a Proclamação da República uma vez que na visão deles o regime vinha para restaurar a escravidão no país. Caminhando em direção a sede do jornal republicano, O Globo, os manifestantes foram surpreendidos por uma tropa de linha de militares armados. Entretanto isso não os intimidou eles avançaram. Os soldados atiraram em todos.

Então, assim, foi instaurado o novo regime: a República do Brasil. “*Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós! Das lutas na tempestade, dá que ouçamos tua voz!*” (Hino da Proclamação da República, 1890).

⁵¹Marechal Deodoro da Fonseca escreveu esta frase em uma carta enviada ao seu sobrinho em 1889.

CAPÍTULO 2

UMA REPÚBLICA DE MUITOS NOMES

Nesta terceira parte, tratarei sobre o tema base de meu trabalho: a Primeira República⁵². Este abrange a carreira e atuação de um dos personagens desta dissertação, Barão do Rio Branco.

Gostaria, em tempo, de salientar que este trabalho não tem como propósito utilizar os personagens e a história para discutir assuntos como racismo e/ou exclusão social (ainda que, com toda certeza, estavam presentes e podem ficar subentendidos ao longo do texto) e, sim, para discorrer quais eram, se haviam, as discussões sobre a questão racial à época da Primeira República. Sem mais delongas, podemos dar início ao terceiro capítulo.

A Primeira República iniciou-se em 15 de novembro de 1889, dia da proclamação, após um golpe militar bem-sucedido que tinha por objetivo destronar o imperador Dom Pedro II e fundar o Brasil Imperial e os que lá estavam, participando do movimento, passaram a ser conhecidos como Republicanos. Atitudes como esta eram consideradas crimes graves, caso não tivessem êxito, como constava no Código Criminal de 1830:

“Art. 87. Tentar via correio, e por fatos, destronizar o Imperador; privá-lo em todo ou em parte da sua autoridade constitucional; ou alterar a ordem legítima da sucessão. Penas de prisão com trabalho por cinco a quinze anos. Se o crime se consumir: penas de prisão perpétua com trabalho no grau máximo; prisão com trabalho por vinte anos no grau médio; e por dez anos no grau mínimo.”

Entretanto, Dom Pedro II já perdia apoio político e a monarquia, regime do Império, já não era bem quista entre as elites do país. Uma série de razões, como choques com a igreja, conflitos com o exército e o próprio movimento republicano representado pelo Partido Republicano Paulista (PRP) fizeram com que os republicanos, diferentes atores políticos insatisfeitos, ganhassem força com seus ideais de como a monarquia e o Imperador estavam ultrapassados e desorganizados.

Em resumo, existia uma crise pois o Império não conseguia atender as demandas das diferentes forças políticas existentes: abolicionistas, escravocratas, os próprios republicanos, federalistas e etc. Além disto, o fim da escravidão e a não indenização pela liberação dos

⁵²Período compreendido de 1889 a 1930.

escravos foram os principais motivos para que os fazendeiros, antes altamente fiéis a Dom Pedro II, se voltassem contra o sistema vigente e traíssem o Imperador.

Apesar de tudo isto, das elites e dos fazendeiros, o movimento que instaurou a República no Brasil e deu início a este novo regime, foi essencialmente militar e não teve qualquer participação popular.

“Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo chorou com aquilo tudo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada!” (Trecho do artigo publicado por Aristides Lobo no Diário Popular de São Paulo em 18 de novembro de 1889).

Antes de analisarmos a fundo os principais acontecimentos e a questão racial na Primeira República assim como os papéis dos personagens que serão apresentados mais para frente, alguns dados são necessários de serem expostos para melhor compreensão do período.

A Primeira República durou quarenta e um anos contando com os treze primeiros presidentes da história republicana. Dividida em dois tempos, em um primeiro momento tivemos a República da Espada (1889 a 1894), nome dado em referência aos dois primeiros presidentes, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto⁵³, que eram militares. Já em um segundo momento, tivemos a República Oligárquica, conhecida assim devido à alta dominação das oligarquias⁵⁴ sobre o país. Em verdade, o nome do capítulo deixa claro o período teve muitas nomenclaturas (República Café com Leite⁵⁵ e República dos Coronéis⁵⁶, por exemplo) e todas tinham alusão aos pequenos detalhes de um regime que estava em construção.

Além da divisão de momentos, também podemos considerar que toda a Primeira República foi segmentada em três grandes fases: a Consolidação, a Institucionalização e a Crise⁵⁷.

É crucial dizer que estas ramificações de momentos e fases da Primeira República não significam, de forma alguma, que foi um período próspero, honesto e organizado. Na verdade,

⁵³Floriano era vice-presidente, mas o assumiu o cargo da presidência após o Deodoro renunciar.

⁵⁴Grupo de interesse que controla as políticas sociais e econômicas em benefício de interesses próprios.

⁵⁵O nome é em referência a ‘Política do Café com Leite’, tendo São Paulo como maior produtor de café e Minas como o maior produtor de leite. Isso se deu ao fato de que o cargo de presidente da República, na maior parte das vezes, era ocupado por algum representante das oligarquias destes dois Estados.

⁵⁶Ou coronelismo era uma prática política com a qual os coronéis obrigavam seus subalternos a votarem em seus candidatos. Os votos, naquela época, eram abertos e tal fraude eleitoral permitia a continuação de oligarquias no poder.

⁵⁷A Consolidação está incorporada a República da Espada enquanto a Institucionalização e a Crise estão incorporadas a República Oligárquica.

ficou marcada por práticas como fraudes eleitorais, voto de cabresto e troca de favores e caracterizada pelo autoritarismo, desigualdade social e jogo político das oligarquias – um exemplo disto, foi o quarto presidente da República, Campos Sales, que em seu mandato estabeleceu fortes alianças com as oligarquias estaduais e com os coronéis em troca de favores.

Em relação a questão racial, um momento de grande tensão e desrespeito social e humano ficou conhecido como a Revolta da Chibata em 1910. Estas e outras questões estarão presentes ao longo do texto, algumas não serão minuciosamente discutidas uma vez que não são o foco deste trabalho.

2.1 REPÚBLICA PROVISÓRIA

Após a Proclamação, veio o momento de consolidar os ideais republicanos baseados na exigência de modernização de país. Para isto, instaurou-se o Governo Provisório⁵⁸ com Marechal Deodoro da Fonseca como chefe nomeado e marcado como o primeiro presidente do Brasil, uma vez que o presidencialismo se tornou o novo sistema de governo. Pode-se dizer que tudo mudou radicalmente na história do Brasil como os símbolos nacionais⁵⁹ e os heróis além da implementação do federalismo⁶⁰ e da transformação para Estado laico⁶¹. O Governo Provisório do Marechal tinha por objetivo refazer o sistema político e administrativo do país. De acordo com Fausto (2008) em A História Concisa do Brasil, Deodoro da Fonseca:

“Entrou em choque com o Congresso ao pretender reforçar o Poder Executivo, tendo como modelo o extinto Poder Moderador. Fechou o Congresso, prometendo para o futuro novas eleições e uma revisão da Constituição visando fortalecer o Poder Executivo e reduzir a autonomia do Estados” (FAUSTO, 2008:143).

Uma vez que os planos do mesmo necessitavam do apoio das Forças Armadas e isso não havia, Deodoro foi obrigado a renunciar em resposta a reação dos opositores (florianistas, civis e setores da Marinha). Assim, após apenas dois anos, foi substituído por Floriano

⁵⁸De 1889 a 1891.

⁵⁹A bandeira do Brasil foi o primeiro símbolo a ser feito e a inscrição positivista “Ordem e Progresso” foi inserida junto com um cruzeiro do sul retirando o escudo imperial.

⁶⁰Poder político central é compartilhado/descentralizado por cada uma das unidades federativas. Ou seja, diferentes grupos administradores dentro de um país. Tal descentralização da política deu força aos coronéis.

⁶¹Estado ou nação que não impõe uma religião a seguir.

Peixoto⁶². A nomeação de Floriano a presidente era uma tentativa de pôr fim à crise política e social em vigor e assim se faz presente o autoritarismo do mesmo.

Boris Fausto em *A História Concisa do Brasil*, abre parênteses sobre a visão exterior da Proclamação da República brasileira e se faz importante também falar sobre aqui pelo fato do Barão do Rio Branco, um personagem desta dissertação, ter um papel fundamental na política externa durante a Primeira República. Como apresentado anteriormente, a Inglaterra foi, durante longos anos, um grande aliado do Brasil quando ainda Império. Entretanto, a proclamação foi recebida com certas restrições pelo país inglês e, por outro lado, aproximou o país brasileiro da Argentina e dos Estados Unidos. Porém, mais a frente veremos no que se sucedeu desta aproximação e o papel do Barão.

Apesar de só ficar mais visível no momento conhecido como República Oligárquica, existiam grupos dominantes que disputavam o poder e possuíam interesses diversos além de diferirem em seus ideais de como organizar a República. Os principais representantes eram de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Eles eram dominantes entre os representantes políticos e concordavam com a concepção de uma república federativa.

É interessante perceber que esse esquema de república daria grande poder de autonomia para as regiões. Porém, eles não entravam em consenso quanto a organização deste controle regional.

Os partidos eram representados pelas siglas PRP (Partido Republicano Paulista), PRM (Partido Republicano Mineiro) e PRR (Partido Republicano Riograndense). Floriano Peixoto, procurava construir um governo estável e centralizado e, apesar da distância de pensamentos, logrou um acordo estratégico com o PRP que, por sua vez, acreditava que Peixoto era o governo (autoritário) correto para garantir a República.

“As razões básicas para isso foram os riscos, alguns reais, outros imaginários, que corria o regime republicano. A elite política de São Paulo via na figura de Floriano a possibilidade mais segura de garantir a sobrevivência da República, a partir do poder central. Floriano, por sua vez, percebia que sem o PRP não teria base política para governar” (FAUSTO, 1995:254).

Novamente, neste ponto, outros parênteses precisam ser abertos para explicar um importante documento da história. Dentro do governo de Peixoto, foi redigida a segunda

⁶²Também conhecido como “Marechal de Ferro” por se prostrar contra a Revolta Armada e a Revolução Federalista.

constituição brasileira que ficou para sempre conhecida como a Constituição de 1891, promulgada em fevereiro do mesmo ano.

A primeira Constituição republicana, nas palavras de Rui Barbosa, tinha como necessidade “dar uma forma constitucional ao país para garantir o reconhecimento da República e a obtenção de créditos no exterior” (FAUSTO, 1995:249).

O documento formalizou mudanças expressivas como o Estado laico e o federalismo, anteriormente citados. Porém, o ponto central estava na definição dos três poderes – o Executivo⁶³, o Legislativo⁶⁴ e o Judiciário⁶⁵ – “harmônicos e independentes entre si”.

Não mais exigindo o poder Moderador, a Constituição, fortemente inspirada na constituição dos Estados Unidos da América⁶⁶, era totalmente descentralizada dando grande autonomia aos municípios e às antigas províncias.

Além de muitas outras determinações, constava no documento que todos eram iguais perante a lei, abolição das instituições monárquicas, extinção do voto censitário e um reforço à proibição da escravidão. Porém, esta última, ainda abria margem para muitos outros fatores.

Em *1891: Escravidão, Liberdade, Privilégios e Tradição* (2015), Costa analisa a Constituição de 1891 conjuntamente com *Anais do Congresso Constituinte do Brasil* e afirma, a partir da leitura e ponderação das formulações de tais documentos, que:

“(..) estas fontes são bastante (..) elucidativas de que tipo de República se pretendia instalar no Brasil. E isto pode ser tratado em pelo menos duas chaves interpretativas: a da República que veio – aquela que empiricamente se instalou; e aquela que se gostaria de ter” (COSTA, 2015:3).

O autor levanta uma questão muito importante como sobre como é possível enxergar que com o acabar da escravidão no Brasil, um “diálogo mudo” surgiria entre as elites brasileiras e faz com acredite-se em um desfecho na complexa prática da desigualdade tão enraizado no país entres os livres e os escravizados e que a República e seu novo sistema de governo fortaleceria um caminho de democracia no qual as questões raciais pudessem ser

⁶³A partir deste momento, este poder caberia a um presidente da República, eleito por um período de quatro anos.

⁶⁴É dividido em Câmara do Deputados e Senado. Os senadores deixam de ser vitalícios. Deputados passam a ser eleitos em cada Estado, em número proporcional do de seus habitantes e por três anos. Os senadores passam a ter mandato de nove anos sendo três senadores representando cada Estado e três representando o Distrito Federal, então capital da República.

⁶⁵Poder exercido pelo Supremo Tribunal Federal.

⁶⁶A escravidão nos Estados Unidos da América acabou em 1865, mas ainda existiam fortes influências no país. Além disto, a questão racial era um texto pouco pautado nas discussões sociais.

discutidas e implementadas – e, quem sabe, constando até mesmo com apreço na Constituição de 1891. Entretanto, estamos falando de longos e longos anos de um forte “alicerce escravocrata”.

Cunha (2009:15) citada por Costa (2015:8) exemplifica dizendo que “tampouco era desejável para uma assustada classe senhorial, mesmo sua parte mais ‘esclarecida’, perder o posto e a velha atitude diante daquela massa de libertos que iam adquirindo rapidamente o estatuto de cidadãos.”. Portanto, o conceito de igualdade no período da República Velha, enraizado com a Constituição de 1891, estava envolto por uma camada de igualdade entre os considerados como iguais.

2.2 REPÚBLICA DAS REVOLTAS

O momento de institucionalizar começou com o terceiro presidente do Brasil e primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. Desta forma, os militares deixaram o poder político por um tempo retornando apenas com Hermes da Fonseca e o movimento que ficou conhecido como tenentismo⁶⁷ entre 1910 a 1914. Neste ponto da história, inicia-se a República Oligárquica.

Infelizmente a questão racial também foi tratada por meio de uma revolta, assim como no Império. A Revolta da Chibata foi uma das centrais dentre todas que aconteceram durante a Primeira República. Entretanto, foi uma revolta sem qualquer impacto social ou econômico. Os rebelados tinham apenas o objetivo de melhorar suas condições de vida e promover mudanças dentro da Marinha. Ainda assim é possível ter uma ideia de como se deu e se dava a participação racial dentro da Primeira República.

Durante cinco longos dias, ocorreu uma rebelião dentro da Marinha Brasileira. Os protestos eram contra as punições/castigos físicos que recebiam os marinheiros. Pode-se dizer que os marinheiros submetidos a isto eram de baixa patente e pobre. Em realidade, desde o Império, os marinheiros eram compostos em sua grande maioria por negros liderados por oficiais brancos. O código disciplinar determinava que uma infração grave fosse resolvida com uma punição de 25 chibatadas ou, às vezes, até mais como diz a história que aconteceu com um marinheiro que recebeu mais de duzentas e cinquenta chibatadas “por levar cachaça a

⁶⁷Movimento político-militar que defendia reformas nas estruturas de poder do país como o fim do voto de cabresto, reforma da educação pública e a implementação do voto secreto.

bordo e ferir um cabo a navalha” (ROLAND, 2000). Este episódio enfureceu ainda mais os marinheiros.

A explosão da revolta foi no dia 22 de novembro de 1910. Os personagens principais foram João Cândido Felisberto que recebeu a alcunha de “Almirante Negro”, conhecido por liderar os marinheiros durante a revolta e ser o porta-voz das demandas dos mesmos e Francisco Dias Martins, o “Mão Negra”, este último conhecido por redigir a carta na qual continha as reivindicações após os motins e matanças⁶⁸ da noite de 22 de novembro.

“Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; (...) rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo. (...) porque durante vinte anos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que Vossa Excelência faça os Marinheiros Brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da República nos facilitam, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; bem assim como: retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira. Reformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; (...) educar os marinheiros que não tem competência para vestir a orgulhosa farda, (...) Tem Vossa Excelência o prazo de 12 horas, para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a Pátria aniquilada” (Carta ultimato enviada pelos marinheiros ao, então, presidente da República, Hermes da Fonseca).

As propostas dos marinheiros negros foram ouvidas, mas não atendidas. Após dias extremamente tensos na Capital da República, os marinheiros obtiveram uma proposta por parte do Senado na qual constava:

“Extinguir o castigo corporal, prometer um novo código penal e disciplinar para Armada, mais humano e adequado aos novos tempos e, principalmente, anistiar todos os envolvidos, perdoando-os pelos crimes de homicídio, insubordinação e revolta. Caso condenados, as penas iriam de prisão por longos anos até a morte” (NASCIMENTO, 2020:95).

Ainda procurando negociar suas demandas, os marinheiros perceberam que precisavam “aumentar o volume” para entenderem que eles não cederiam fácil a uma proposta que não abrangia o que pediam e alguns tiros de canhão foram disparados em direção a cidade. Por fim, a proposta foi aceita mesmo que não contendo aprovação para todas as demandas exigidas pelos marinheiros.

⁶⁸Os rebelados mataram, de acordo com a história, seis oficiais na noite em que começou a revolta.

Como geralmente acontecia com rebelados, muitos foram expulsos, presos ou, até mesmo, mortos. O líder João Cândido também foi preso e, ao ser solto, foi expulso da Marinha.

“Conhecido como o navegante negro,⁶⁹ tinha a dignidade de um mestre-sala. E ao acenar pelo mar na alegria das regatas, foi saudado no porto(...) Entre cantos e chibatas, inundando o coração do pessoal do porão que a exemplo do feiticeiro gritava então: “Glória aos piratas, as mulatas, as sereias”; “Glória a farofa, a cachaça, as baleias”; “Glória a todas as lutas inglórias que, através da nossa história, não esquecemos jamais. Salve o navegante negro que tem por monumento as pedras pisadas do cais”⁷⁰ (“O Mestre sala dos mares”, 1974).

Antes da Revolta da Chibata ocorreu a Guerra de Canudos.

A Guerra de Canudos se deu no Sertão da Bahia no período de sete de novembro de 1896 a cinco de outubro de 1897. Um conflito entre o exército brasileiro e homens e mulheres livres⁷¹, em sua maioria negros(as) e ex-escravos, coordenados por Antônio Conselheiro. Boatos de que o grupo pretendia derrubar o governo republicano fizeram com que o exército brasileiro destruísse a comunidade e realocasse os sobreviventes. A historiografia atesta que houve resistência e confronto.

Poucos anos depois ocorreu, durante seis ou oito dias, a Revolta da Vacina⁷². No começo do século XX, no Rio de Janeiro, as doenças⁷³ estavam altamente presentes e a classe dominante remetia a culpa disto aos negros e aos cortiços⁷⁴, alegando que a falta de imigração de europeus e a desonra da imagem do Brasil como nação estava ligada diretamente a esta “falta de higiene” – enquanto que a verdade era que os negros estavam fadados a viver em locais insalubres pela condenação separatista que a sociedade os forçava. Com isso, inicia-se a demolição dos cortiços e a vacinação obrigatória contra a varíola. Visitações, mais constatadas como invasões, das brigadas de saúde se tornaram constantes.

“Os alvos preferidos das visitas eram naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica. Casas de cômodo e cortiços, onde

⁶⁹Originalmente, a letra continha menção ao apelido “Almirante Negro”, mas foi censurada e substituída por “Navegante Negro”.

⁷⁰Música de João Bosco e Aldir Blanc no estilo de samba-enredo que homenageia João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, interpretada por Elis Regina.

⁷¹Estima-se que as mulheres eram a maioria e tiveram grande influência na constituição da comunidade, mas não há base histórica que precisem essas informações ou sobre o papel real destas mulheres na guerra.

⁷²De 10 de novembro de 1904 a 18 de novembro de 1904. Há inconstância quanto a data de término da revolta podendo constar em alguns trabalhos como 16 de novembro de 1904.

⁷³Doenças como tuberculose, varíola e febre amarela.

⁷⁴Moradias dadas como insalubres e malgastadas onde os banhos eram em áreas comuns e acreditava-se ser um local de proliferação de doenças.

comprimiam em cubículos e casinhas dezenas de pessoas, constituíam objeto de atenção especial” (CARVALHO, 1987:94).

Esta imposição gera uma forte onda de protestos:

“Houve de tudo ontem. Tiros, gritos, vaias, interrupção de trânsito, estabelecimentos e casas de espetáculos fechadas, bondes assaltados e bondes queimados, lampiões quebrados à pedrada, árvores derrubadas, edifícios públicos e particulares deteriorados” (Edição do Gazeta de Notícias em 14 de novembro de 1904).

Após menos de duas semanas de conflitos, com consequências como pessoas sendo presas, deportadas e mortas, Rodrigues Alves⁷⁵ – presidente em vigor – se vê obrigado a desistir da vacinação obrigatória.

É possível perceber que as revoltas organizadas por negros na Primeira República eram exemplos de como a insatisfação com os momentos seguintes a Abolição que não gerou a mudança esperada na vida dos libertos. Estes ainda se viam tratados como à margem da sociedade sem inclusão social e sem constar em pautas para a melhora de suas condições de vida.

Uma corrente surge neste momento da história e ficou conhecida como Democracia Racial. Longe de ser o ideal, a questão racial vira estudo de autores brancos como Florestan Fernandes⁷⁶ e Gilberto Freyre⁷⁷. Diferente da concepção que o nome do conceito traz em uma leitura leiga, a corrente tinha como objetivo afirmar que não havia distanciamento e desigualdade social entre a população negra e branca.

Segundo Fernandes (1978) citado por Silva e dos Santos (2012:5), “nunca houve uma “democracia racial” e que isto se deu pelo falseamento ideológico racista e pelas classes burguesas dominantes do Brasil”.

Em seu livro, *Casa Grande e Senzala* (1933), Freyre nos dá a ideia de separação racial com o título, mas ao longo da obra propaga a ideia de que o país é harmonioso e que as raças estão isentas da propagação de racismo.

⁷⁵Em sua primeira posse, pois morreu antes que pudesse exercer o segundo mandato.

⁷⁶Florestan Fernandes foi um político e sociólogo brasileiro nascido em São Paulo em 20 de julho de 1920. Faleceu em 10 de agosto de 1995.

⁷⁷Gilberto de Mello Freyre foi um sociólogo, antropólogo e escritor brasileiro nascido em Recife em 15 de março de 1900. Faleceu em 18 de julho de 1987.

Ao passo que, mais uma vez, através de um estudo financiado pela UNESCO⁷⁸ em 1950, Fernandes elaborou estudos que puseram fim ao mito “país democrático” conforme Brito e Lopes (2012:8) citado por Silva e dos Santos (2012:5) analisa em seu artigo “*A Integração do Negro na Sociedade de Classes*”: *Uma Análise das discriminações e desigualdades raciais no Brasil*⁷⁹:

“A ideologia da democracia racial defendida e difundida por Freyre foi contestada por Fernandes, uma vez que sua pesquisa demonstrou que os negros, devido ao processo de escravidão, foram tratados como inferiores e que essa realidade não mudou após a escravidão. Observa-se que Fernandes esperava que o desenvolvimento do capitalismo no país resultaria na integração do negro na sociedade de classes” (BRITO; LOPES, 2012:8).

A discussão da questão racial não gerou aqui um impacto necessário para reverem atitudes e construir mudanças, então não é possível afirmar que existia de fato uma discussão. Apenas fica atestado que a democracia racial nunca existiu, o novo regime contribuiu para que cada vez mais a classe branca vivesse de modo superior aos negros e, acima de tudo, estes não possuíam quaisquer condições minimamente favoráveis de sustento e participação econômica, cultura e social. Depois da abolição, os negros continuaram a serem “propriedades materiais” do Brasil e não cidadãos, que era a ideia primária da libertação.

“O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do *antigo regime* e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existente” (FERNANDES, 1978:267)⁸⁰.

2.3 FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA

É de se esperar que em um momento os caminhos explodiriam, ou melhor, implodiriam. A corrida eleitoral com os diferentes grupos políticos da época foi o ponto mais alto de tensão em uma crise que se instalava no Brasil. Tão tenso foi o processo que culminou no que ficou conhecido como a Revolução de 1930. Contudo, como já comentado anteriormente, alguns temas não serão minuciosamente tratados uma vez que não complementam no estudo deste trabalho. A crise da República Velha será tratada apenas para

⁷⁸Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas) fundada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de contribuir com a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências sociais e humanas e cultura.

⁷⁹Artigo faz parte do III Congresso de Desenvolvimento Social de 2012.

⁸⁰Citado em Silva e dos Santos (2012:6).

configuração e fechamento da história que foi contada nas linhas anteriores deste capítulo três, uma vez que não teve qualquer debate racial a ser analisado.

Havia um “acordo” político estabelecido entre as oligarquias da política do café com leite que o candidato empossado deveria escolher e nomear um candidato da oligarquia contrária à sua. Ou seja, se o presidente fosse da oligarquia paulista deveria escolher um nome da oligarquia mineira e vice-versa. Como dito antes, as oligarquias eram a base da política e, por isto, esta escolha era apenas uma formalidade pois o candidato escolhido sempre venciam as eleições. O presidente empossado, Washington Luís, era um representante dos interesses da oligarquia paulista e, em uma cerimônia usual política, revelou que seu candidato seria Júlio Prestes, outro da oligarquia paulista. Este último foi de fato eleito, mas não chegou a assumir em função da Revolução de 1930.

A crise então se inicia através de uma junção das oligarquias de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba que formaram a chapa Aliança Liberal com Getúlio Vargas como candidato a presidência. Contando com a força dos tenentistas⁸¹, apresentaram um “novo projeto político” – de acordo com eles, era diferente do projeto político baseado em oligarquias.

“A coalizão oposicionista utilizava o termo “Liberal” para sublinhar a pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil, intimamente associado à emergência de um programa de modernização do país. “Liberal”, no caso, exprimia um impulso para a indústria, trazia à tona o tema da incorporação de novos setores sociais na vida republicana e indicava a disposição deste grupo, uma vez no poder, de enfrentar a problemática dos direitos sociais: jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho feminino e infantil” (SCHWARCZ; STARLING, 2015:354).

Getúlio Vargas foi derrotado e, por consequência, a Aliança Liberal também. Apesar de não haver embasamento histórico fiel aos fatos, sabe-se que os integrantes da Aliança Liberal estavam insatisfeitos com a derrota e cresceram os boatos acerca de que uma conspiração contra o presidente Júlio Prestes estava sendo arquitetada. João Pessoa, vice-presidente de Vargas, foi assassinado e isso foi usado pelos membros da Aliança como motivo para iniciarem um levante armado contra Washington Luís, acusado diretamente. Por fim, Washington Luís foi deposto sem a passagem de governo para Júlio Prestes. Criou-se uma Junta de Governo Provisório formada por dois generais e um almirante para assumir o governo, mas alguns dias mais tarde passaram o governo para Getúlio Vargas.

⁸¹Vide citação número 67.

2.4 AS “QUESTÕES” DO BARÃO

Agora, retornemos alguns anos na história até 1902: o início da carreira de Ministro de Relações Exteriores de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Não se faz presente a necessidade discutir cada feito realizado pelo mesmo e, sim, o desejo de apresentar o impacto negativo que ele teve na carreira de personagens negros – que serão introduzidos no próximo capítulo.

Antes de tudo, três pontos significativos da carreira do Barão como Ministro de Relações Exteriores se fazem necessários de serem apresentados para entender como se deu a personificação de “mito” e patrono da diplomacia brasileira. Apesar de monarquista, o Barão agiu com ética e conseguiu implementar seu trabalho servindo aos interesses da República do Brasil.

Entre 1890 e 1895, aconteceu “A Questão de Palmas”, uma disputa territorial entre o Brasil e a Argentina por partes dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná. Para resolve-la, Rio Branco – no papel de advogado do Brasil – se fez valer do princípio *utis possidetis*⁸² para comprovar a presença brasileira no território, baseando-se no mapa com demarcadores fronteiriços impostos no Tratado de Madri (1750). O laudo da arbitragem feita pelo presidente Grover Cleveland⁸³ foi totalmente a favor do Brasil.

Em 1899, houve “A Questão do Amapá”⁸⁴: uma disputa territorial entre o Brasil e a França acerca da delimitação de fronteira entre a Guiana Francesa e o Estado brasileiro do Amapá. O Barão, novamente no papel de advogado, foi solicitado para escrever os documentos que seriam enviados para defesa do país em uma arbitragem suíça e, mais uma vez, o fez de forma exemplar garantindo uma sentença favorável e o Amapá incorporado em definitivo ao país brasileiro.

Como ministro das relações exteriores, o Barão resolveu “A Questão do Acre”⁸⁵: uma disputa territorial entre o Brasil e a Bolívia pelo Estado do Acre. Houve no Estado uma ocupação de brasileiros que gerou tensão política entre os países. Liderando as negociações, Rio Branco firmou o Tratado de Petrópolis⁸⁵. O Barão foi altamente parabenizado pela falta

⁸²Um princípio de direito internacional que afirma que aquele que ocupa um território possui direito sobre ele. “Como possuís, assim possuís”.

⁸³Há um município no Paraná chamado Clevelândia em homenagem ao presidente.

⁸⁴Contestado Franco-Brasileiro, como é conhecido na França.

⁸⁵Estabelecia a incorporação do Acre ao Brasil pelo valor de dois milhões de libras à Bolívia, indenização paga pelo Brasil a empresa da Bolívia responsável por explorar o território do Acre, Bolívia obteve algumas partes de

de confronto armado e por ter resolvido toda a “questão” sem qualquer disparo de ambas as partes.

Juca Paranhos esteve à frente como Ministro das Relações Exteriores durante quatro governos: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Este fato representa de forma pontual a força que detinha o mesmo ao permanecer por tantos anos em meio a uma grande instabilidade política e institucional que existia à época. Esteve também estampado em moedas e na antiga nota de mil cruzeiros⁸⁶. Rio Branco é, de fato, uma figura simbólica da era republicana brasileira que, até os dias atuais, permanece como espelho da diplomacia brasileira, além de ser considerado, oficialmente⁸⁷, herói nacional.

Em tempo, é bom elucidar que não há qualquer intenção em desmerecer os talentos e as qualidades do chanceler brasileiro, mas as críticas feitas ao mesmo possuem suas valias quando procura-se discutir as escolhas e decisões do Barão frente às questões históricas, políticas e raciais de sua época, assim como as atitudes para com seus colegas negros de profissão. Ademais, é importante ler as críticas para que se possa desfazer a aparência mistificadora que o cerca, em se tratando apenas de seus feitos e negligenciando a figura humana imperfeita.

As conquistas do Barão na política externa brasileira são amplamente conhecidas na história e registradas em inúmeros estudos. Pela grandeza dessas façanhas criou-se uma admiração alienante e atitudes centrais como o elitismo de suas escolhas passaram “em branco”. A falta de negros – e mulheres – na estrutura diplomática deveria ter sido motivo de discussão não somente à época, mas nos dias atuais.

A “questão” do exclusivismo branco de seus recrutados era embasada pelos critérios da conformidade social e uma origem de classe que vinha desde o período monárquico no Brasil. É claro que durante o Império, o chefe de Estado detinha o poder de organização da política externa brasileira, mas a origem de classe e elitismo utilizados pelo Barão construíram os limites do perfil de um diplomata em seu corpo diplomático – homem branco, heterossexual e de família nobre como o próprio Barão.

terra ao norte e da fronteira do Mato Grosso e a construção de uma ferrovia – durou sete anos de construção e ficou pronta em 1912 – por parte do Brasil para os bolivianos poderem escoar sua produção pelo Rio Amazonas.

⁸⁶Fato que fez com que as pessoas usassem o termo “barão” ao tratar de “dinheiro”.

⁸⁷Projeto de Lei 7403/2 aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Congresso Nacional que inscreveu o nome dele no livro dos Heróis da Pátria.

Os personagens principais deste estudo estão vinculados ao Barão por diferentes frentes: o primeiro tentou ser parte do seletivo corpo diplomático de Rio Branco e o outro soube reconhecer o elitismo e a falta de discussão racial que rodeavam o ministro, desistindo de qualquer tentativa oficial em ingressar na diplomacia brasileira.

CAPÍTULO 3

A PERSPECTIVA NEGRA: OS CASOS DE LIMA BARRETO E EUCLIDES DA CUNHA

Nesta parte do trabalho, trataremos sobre os dois personagens negros escolhidos após muito estudo para personificar a questão racial na Primeira República na busca por salientar o papel do negro em um período ainda em formação estrutural no tocante ao social, moral e racial. O primeiro personagem terá como base a ideia de defesa do ardor republicano até se ver de frente a uma guerra no sertão enquanto o segundo personagem selecionado por sua forte crítica ao regime republicano. Ambos tiveram ligação direta com o Barão do Rio Branco e será analisado neste capítulo vigente de que forma se deu esta ligação e como influenciou na carreira de cada um.

3.1 À MARGEM DA DIPLOMACIA

Euclides da Cunha era engenheiro por formação, mas relatos em estudos revelam que não havia qualquer gosto pelo trabalho⁸⁸. Teve uma breve história na carreira militar que acabou ao ser desligado após um protesto em favor do ideal republicano.

Sua carreira de jornalista se iniciou em 1897 e realizou uma cobertura da Guerra de Canudos que resultou no seu trabalho de maior prestígio, *Os Sertões: campanha de Canudos*, publicado em 1902. A obra é dividida em três partes: a terra, o homem e a luta. Na primeira parte, de maior extensão do livro, há uma descrição inigualável do ambiente do sertão que predomina a aridez e o clima desértico. Na segunda parte o autor se dobra à figura do sertanejo que ele chama de “raça forte” dando grande ênfase à fisionomia e aos traços culturais. Na terceira e última parte, ele narra acerca do que o levou até o sertão e aos sertanejos, o combate entre esse último e os militares.

Contudo, o ponto de interesse na história de Euclides está em sua participação no Itamaraty e sua “amizade” com o Barão do Rio Branco. Euclides tinha grande devoção pelo Barão. Álvaro Lins (1995:406) citado por Cerqueira Filho (2008) exemplifica com uma fala do próprio Euclides:

⁸⁸Silvio Rabelo destaca que “Euclides foi um engenheiro sem nenhum gosto pela profissão”. Cf. Rabelo, Silvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Casa do Estudante Brasileiro (1948:271). Citado por Villafañe (2021:9).

“Felizmente continuo a olhar para o Ministro a quem tenho servido - o único grande homem vivo desta terra - com a mesma admiração e simpatia. E até com assombro: é lúcido, é gentil, é trabalhador e traça na universal chateza destes dias uma linha superior e firme de estadista” (LINS, 1995:406).

Em sua visão, o Barão era completamente insubstituível. Esta visão também é exemplificada por Cerqueira Filho (2008) ao citar Venâncio Filho (1938:174-5) com uma carta do próprio Euclides para um de seus amigos: “Ninguém poderá substituí-lo. Conheço pela metade as questões que nos ocupam no extremo norte, mas esta meia-noção basta-me a garantir-te que a substituição de Rio Branco, por quem quer que seja, será uma calamidade”.

A relação dos dois começou em um momento fundamental de suas carreiras: o primeiro havia acabado de publicar sua obra *Os Sertões* e, por isto, estava com grande prestígio imediato no meio da literatura e das relações internacionais; o outro, chanceler, havia concluído exitosamente o Tratado de Petrópolis⁸⁹. Acredita-se que o que os uniu foi o amor pela História e pelo Brasil, pois o tratamento do Barão para com o Euclides nos anos seguintes mostra como eles diferiam, principalmente pelas cores de suas peles. Há relatos que contam sobre as supostas muitas noites nas quais os dois passaram longas horas conversando sobre assuntos do passado ou problemas brasileiros. Em resumo, Euclides tinha grande aproximação com o Barão.

“Para posto de grande relevo na primeira embaixada do Brasil republicano escolheu Joaquim Nabuco, monarquista (que em carta prometeu seguir-lhe como um jesuíta ao seu Geral... perinde ac cadaver), para a representação do Brasil em Haia (Holanda) escolheu Rui Barbosa, para serviços técnicos do Ministério das Relações Exteriores, escolheu Euclides da Cunha” (CERQUEIRA FILHO, 2008).

Euclides tinha o forte desejo de ser diplomata. De acordo com Lins (1995:149), citado por Cerqueira Filho (2008), “ser diplomata pelas mãos do Barão representava uma ambição [um desejo] para os escritores no início do século”, o que torna compreensível que Euclides também tivesse tal almejo. Rio Branco, por sua vez, faz com o autor e jornalista parta em importantes funções como a expedição no Acre, o insere no meio técnico e importante do Ministério das Relações Internacionais e garante a participação dele na temática das fronteiras do Brasil.

Em resumo, o Barão oferecia a Euclides o trabalho técnico que tanto lhe apetecia ao mandá-lo em expedições para conhecer a terra e estudar as fronteiras. Porém, não teve

⁸⁹Tratado em que firmava que o Brasil poderia ficar com o Acre. Já anteriormente citado neste trabalho.

qualquer convocação para um posto de diplomata ou um cargo mais alto, seja no Brasil ou no exterior. Euclides estava presente em todas as missões – até porque lhe dava grande prazer fazer parte – e no íntimo do “grupo do Barão”, mas não recebia a oportunidade de fazer parte de uma banca de diplomatas formada por brancos.

“Bem, ousamos o princípio da dúvida quanto ao desejo imputado ao outro como seu, quando não enunciado por ele mesmo no seu exclusivismo desejante. Não estamos convencidos quanto ao real do desejo de Euclides como um técnico do Itamaraty. Não gostaria, não desejaria ele uma função diplomática de maior reconhecimento e projeção internacional? Como Rui, como Nabuco? Vale o caráter dubitativo da reflexão. (...), mas Euclides nunca fora convidado para um posto de maior destaque e, sobretudo, no exterior” (CERQUEIRA FILHO, 2008).

Somente quarenta e três anos de vida tinha Euclides da Cunha quando foi morto em uma situação totalmente passional e inusitada. Ficou amplamente conhecido como “Tragédia da Piedade” o episódio “matar ou morrer” no qual da Cunha perdeu sua vida em 1909. Por ciúmes, Euclides tentou matar o amante de sua esposa, mas este último reagiu e, no fim, Cunha foi morto a tiros. O caso foi amplamente noticiado pela imprensa com muitos lamentos pela morte do escritor.

As histórias de Euclides da Cunha e Barão do Rio Branco se iniciaram no mesmo período do terceiro personagem deste trabalho: Lima Barreto. Este último teve dois anos de vida a menos que Euclides da Cunha.

4.2 “O BRASIL NÃO TEM POVO, TEM PÚBLICO”⁹⁰

“É triste não ser branco no Brasil”, relata Lima em seu diário pessoal no dia 24 de janeiro de 1908. Uma vez que a intenção aqui não é realizar uma biografia, começaremos por 1902 de modo a centrarmos os três personagens em um mesmo intervalo de tempo. Entretanto é importante apresentar alguns dados para que se faça compreender o porquê de ele ter sido escolhido.

Seu nome completo era Afonso Henriques de Lima Barreto, mas era mais comumente chamado por Lima Barreto. Era escritor de gêneros como romance, conto, crônica e sátira e também atuava como jornalista. Lima era um mulato pobre, suburbano e que vivia – e escrevia – em condições sociais e pessoais precárias. Diferente de Barão do Rio Branco, que

⁹⁰Frase dita por Lima Barreto em forma de ironia se referindo ao fato de que a população brasileira “assistiu” e não participou de forma ativa e direta no nascimento da República.

teve a carreira encaminhada com amizades como a de Duque de Caxias, Barreto sempre teve em seu caminho tropeços nos obstáculos da cor.

“Gonzaga de Sá não ‘podeu’ deixar-se ficar no êxtase que esse título lhe provocava ‘apezar’ de achar o Paranhos, como ‘elle’ chamara ‘ás’ vezes o ministro, uma mediocridade supimpa, fora do seu tempo, sempre com o ideal voltado para as tolices diplomáticas e não com a ‘intelligencia’ dirigida para a sua época. Era um ‘atrazado’, que a ganância das gazetas sagrou e a bobagem da multidão fez um Deus” (BARRETO, 1919:64).

A maior parte de suas obras só foram publicadas e reconhecidas após sua morte. Era através de suas obras que Lima descrevia, analisava e criticava o regime republicano assim como combatia o preconceito de classe e cor além das mais diversas formas de injustiça do período republicano brasileiro – como era de se esperar de um defensor do Império como era Barreto.

“Não obedeco a teorias de higiene mental, social, moral, estética, de espécie alguma. O que tenho são implicâncias parvas; e só isso. Implico com três ou quatro sujeitos das letras, com a câmara, com os diplomatas, com Botafogo e Petrópolis; e não é em nome de teoria alguma, porque não sou republicano, não sou socialista, não sou anarquista, não sou nada; tenho implicâncias. É uma razão muito fraca e subalterna; mas como é a única, não fica bem à minha condição de escriba escondê-las” (BARRETO, 1961:277-278).

Em 1909 – ano do falecimento de Euclides –, publicou seu romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* considerado uma obra autobiográfica e representação da discussão acerca do preconceito racial conjuntamente com uma sátira ao jornalismo brasileiro.

“Há, portanto, um projeto narrativo, uma forma literária que aparece justificada nessa abertura do primeiro romance que Lima decide publicar: de um lado estão as cenas e os personagens retirados da realidade; de outro, a capacidade de alterá-los na ficção por meio do estilo e da alma do escritor” (SCHWARCZ, 2017:217).

O que é importante observar é que o livro recebeu uma crítica altamente insensível com a acusação de ser um romance baixo e carente de imaginação porque era inspirado na vida do autor. Ao passo que livros como *O Ateneu*⁹¹ e *A Esfinge*⁹² também baseados nas biografias de seus autores não tiveram seus prestígios diminuídos por isso. O que leva a crer que não se tratava do gênero e sim a exposição que Lima fazia do preconceito racial e do jornalismo.

⁹¹Livro de Raul Pompéia publicado em 1888.

⁹²Romance de Afrânio Peixoto publicado em 1911.

Barreto, como faz referência Schwarcz (2017) e Barbosa (2017) nas biografias sobre o escritor, se autodenominava como “do contra”.

“(…) Era contra os políticos afetados, contra a aristocracia improvisada, contra os jornalistas artificiais, contra a literatura e os literatos de “brindes de sobremesa”, contra os bovarismos – a mania de gostar de tudo que vinha do estrangeiro –, e se irritava “solenemente” com Petrópolis e Botafogo” (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021).

Por certo, os autores também apontam sobre como havia uma certa imprecisão em suas posições.

“Ambiguidade fazia parte de sua prática. Se o escritor desdizia dos literatos e da Academia Brasileira de Letras, tentou entrar na instituição por três vezes; na última, desistiu. Denunciava os abusos que a sociedade cometia contra as mulheres, mas acusava o feminismo de importação fora do lugar. Defendia os hábitos populares, mas não gostava de futebol, samba e Carnaval. Detestava os funcionários públicos, mas tirava seu ganha-pão na Secretaria de Guerra” (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021).

Uma de suas obras chama-se *Os Bruzundangas* (1922) e será utilizada como referência bibliográfica pois é, até hoje, uma forte representação histórica da crítica à república e aos seus atores.

Em meio a suas críticas, Lima Barreto escreveu o livro no qual abre precedentes para uma reflexão com refinada ironia sobre um país muito parecido com a realidade que era o Brasil naquele momento – podendo até ter algumas pontuações se estendendo ao contemporâneo – e sobre como considerava o meio acadêmico, social e político uma pária.

O título desde subcapítulo é uma frase dita por Lima que procurava criticar a forma como a sociedade da era republicana era apática às decisões e certas vezes submissa ao que lhe era imposto. Crítica que está muito bem exemplificada na comparação de Bruzundanga com o país brasileiro e a constituição de 1891.

“A constituição da Bruzundanga era sábia no que tocava às condições para elegibilidade do mandachuva, isto é, o presidente. Estabelecia que devia unicamente saber ler e escrever; que nunca tivesse mostrado ou procurado mostrar que tinha alguma inteligência; que não tivesse vontade própria; que fosse, enfim, de uma mediocridade total. Nessa parte a constituição foi sempre obedecida” (BARRETO, 2021:67).

Para introduzir suas críticas a diplomacia brasileira e ao ministro das Relações Exteriores, Lima se faz valer das características principais tão amplamente conhecidas que logo nos remetem a figura do Barão do Rio Branco.

Rio Branco, como figura política de renome e parte dos altos círculos sociais, tornou-se um alvo exemplar e central para as críticas que Lima fazia aos que atuavam nas esferas política e pública da República. A partir desta obra que trataremos sobre parte do vínculo de Lima Barreto com o Barão do Rio Branco.

A principal comparação feita por Barreto em *Bruzundanga* e facilmente detectável está no personagem central de seu livro, o Visconde de Pancome, que tem muito comum com Rio Branco – a começar pelo fato de que o Barão ocupava o cargo Ministro das Relações Exteriores e o Visconde era Ministro de Estrangeiros. Visconde de Pancome é descrito como um “embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente” (2021:61) que, em sua primeira atitude como ministro, acabou com as regras que davam governo ao seu departamento. O Barão tem registrado em sua carreira ter sido quem realizou a configuração burocrática da diplomacia brasileira que é utilizada até os dias atuais.

Visconde “já tinha um ascendente bem forte, devido a uma grande proeza” (2021:123) que remete ao fato do Barão do Rio Branco ser filho do Visconde de Rio Branco e já ter uma linhagem de prestígio. Além disto, “Pancome foi proclamado o maior estadista da nação” (2021:126) e tinha “sábias medidas, para recrutamento do seu pessoal, que levaram para a sua secretaria moços bonitos e excelentes mediocridades” (2021:128). Bem se sabe que o Barão foi considerado o maior estadista da nação pelos inúmeros litígios fronteiriços que resolveu sem recorrer à guerra e, como Ministro das Relações Exteriores procurou afastar de si nomes que poderiam diminuir o seu prestígio ao mesmo tempo em que aproximava de si personalidades que lhe fizessem maior e evitasse a concorrência.

“Com tal mania, não é de admirar que, de uma hora para outra, Pancome ficasse sendo o ídolo da Bruzundanga; e o governo, para premiá-lo e satisfazer a opinião pública, apressou-se em nomeá-lo embaixador junto ao governo de uma potência europeia, e foi (lembro-me agora) quando embaixador, que obteve as condecorações a que aludi em capítulo anterior” (BARRETO, 2021:125).

É válido elucidar que a banca diplomática do Barão era branca e “bem tratada” e Lima Barreto ressaltava isto no livro ao retratar que Bruzundanga, assim como o Brasil, era um país mulato e descuidado criando dificuldades para o Visconde de Pancome conseguir constituir o seu corpo de diplomatas. Desta forma o autor registra o racismo velado que existe por parte de um dos principais nomes da política à época.

Lima também censurava o fato do Barão não se envolver mais profundamente com o país do qual era diplomata e ministro.

“Outro herói da Bruzundanga é o Visconde de Pancome. Este senhor era de fato um homem inteligente, mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país. Era um historiógrafo; mas não era um historiador. As suas idéias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos estes mesmos políticos. A história social, ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteava para a ação política e, sobretudo, diplomática” (BARRETO, 2021:83-84).

Para Barreto, o Barão enxergava apenas o exterior do Brasil dando muito mais valor a aparentar o que o Brasil poderia ser e não o que era de fato além de não ter o conhecimento se o seu povo tinha o que comer. O autor critica a necessidade de mérito e reconhecimento que Rio Branco tanto prezava por ter.

“Para ele (os seus atos deram a entender isto) um país só existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros. Sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração. Entretanto, forçoso é dizer que Pancome desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. (...) A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista” (BARRETO, 2021:83-84).

Quarenta e um anos tinha Lima quando faleceu. Uma vida completamente entregue ao álcool que consumiu a sua saúde. “As pernas doíam, sentia dores do reumatismo em várias partes do corpo, as juntas viviam inchadas, e tinha taquicardia – tudo consequência do excesso de bebida” (SCHWARCZ, 2017:476). A causa morte foi um ataque cardíaco em decorrência do alcoolismo em primeiro de novembro de 1922.

“Lima era mesmo seus personagens, e vice-versa. Morreu como um deles: o amanuense andarilho Gonzaga de Sá. “(...) mantive-me calado, fumando, e toda a minha atividade cerebral girou em torno da morte. Veio a noite completa. Tinha pensado muito – é verdade; mas sem ter concluído coisa alguma. Nada me ficou palpável na inteligência; tudo era fugidío, escapava-me como se tivesse a cabeça furada. Evaporou-se tudo e eu só sabia dizer: a Morte! a Morte! Era o que restava da longa meditação” (SCHWARCZ, 2017:496).

CONCLUSÃO

Quando este trabalho foi iniciado, havia a intenção de compreender em que medida a questão racial esteve presente durante a Primeira República no Brasil. Ao longo desta monografia, através do estudo da história do país e das biografias de Lima Barreto e Euclides da Cunha, foi possível analisar as questões raciais presentes no período, sobrecarregadas pelos preconceitos e racismo impregnado em uma sociedade escravocrata e com raízes separatistas.

A questão racial estava, portanto, presente, mas longe de ser variável desprezível. A medida dessa presença fora visível nos movimentos abolicionistas e nas revoltas que visavam mudanças necessárias para a inclusão do negro como cidadão da sociedade imperial e, depois, republicana. Isto quer dizer que o negro foi protagonista em revoltas, guerras, movimentos políticos e diversos outros momentos marcantes da história, embora não fosse um ator presente na pauta dos debates de transformação política e social. As condições de vida apresentadas ao longo deste trabalho mostram que havia muitas controvérsias sobre o quão efetivas eram as revoltas – transvestidas de discussões raciais – ao passo que apenas temporárias mudanças eram feitas.

Além de responder à pergunta de pesquisa contida na introdução deste trabalho, acreditávamos na necessidade de escrever um trabalho acadêmico em que fosse analisado historicamente o desenvolvimento da Primeira República levando em consideração a discussão racial. Por esta razão, a nossa pesquisa concentrou-se em apresentar somente os acontecimentos em que o negro buscou ser o protagonista dos fatos. Para isto, foram utilizados autores que traçaram em suas obras pontos essenciais do protagonismo negro ao longo do período republicano.

Ao longo do primeiro capítulo, mais especificamente em “Falsa Liberdade”, analisamos as leis e a questão abolicionistas que vão ganhando força no fim do Segundo Reinado. Como foi salientado, é possível perceber que a questão racial fora utilizada como uma discussão política, mas de maneira indevida. A discussão não visou promover efeitos sólidos e de transformação na vida dos negros e gerou debate apenas porque estava prejudicando àqueles que não queriam ver a mudança acontecer, ou seja, aqueles que não desejavam ver a escravidão ser abolida.

Utilizando-se de certa frieza para avaliar as relevantes revoltas – apresentadas detalhadamente no segundo capítulo – do período republicano destacadas neste estudo, é possível afirmar que elas eram tão somente encabeçadas por negros devido às péssimas circunstâncias em que eram mantidos, além de envoltos por uma sociedade tão avessa à mudança. Circunstâncias estas que eram marcas da divisão étnica que permaneceu como uma herança infeliz da escravidão e que as revoltas não conseguiriam mudar ou extinguir. Assim, é perceptível que, revolta após revolta, no fundo, todas buscavam a melhoria de vida para os negros, mas não detinham de força estrutural para introduzi-los nos debates políticos relevantes.

Durante este trabalho e durante a história retratada, é considerável dizer que os diálogos mais cruciais para a história foram aqueles em que o negro se colocou em foco para debate das injustiças e hostilidades que o preconceito racial – e, muitas vezes, moral – o submetia. Um exemplo é a Revolta da Chibata na qual negros marinheiros que já viviam em péssimas condições de vida, ainda precisaram lutar para cessar os castigos que enfrentavam em forma de chibatadas.

Em “A Perspectiva Negra”, pudemos observar os caminhos profissionais traçados por nossos dois protagonistas que sofreram com a falta de oportunidades e justiça social da época. Personagens que tiveram suas vidas marcadas pela estrutura excludente e injusta do período, personificada na liderança diplomática de um homem que já detinha de privilégios desde o seu nascimento. Euclides pôde realizar seus anseios como escritor e jornalista, mas não ascendera na carreira pois nunca fora considerado para uma oportunidade de se tornar diplomata. Lima, mesmo ignorado pelas elites do período, escreveu grandes obras nas quais mostravam a aflição que era e ainda é ser negro no Brasil. Duas mentes brilhantes que foram postos à margem da sociedade devido a cor de suas peles.

Por fim, esperamos que este trabalho possa contribuir com a discussão do tema, além de servir como uma comunicação direta com um público que talvez não veja tão fortemente o protagonismo negro ser representado como objeto de pesquisa em trabalhos acadêmicos sobre o período. Ao falar sobre comunicação direta, o intuito foi elaborar uma monografia para “todos”, ou seja, um trabalho de conclusão de curso que também pudesse dialogar com leitores fora do círculo universitário e apresentasse personagens com papéis importantes na Primeira República, tais como Lima Barreto e Euclides da Cunha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMITAGE, John. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil, de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

BARBOSA, F. de Assis. **A vida de Lima Barreto**: 1881 – 1922. 11 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

BARRETO, Lima. **A Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá**. 1 ed. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1919.

BARRETO, LIMA. **Impressões de Leitura – Crítica**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. 1 ed. São Paulo: Principis, 2021.

BERRINGER, T. TOLEDO, D. G. C de. **Os Silêncios do Barão do Rio Branco**. 2018. 15 páginas. Análise de Política Externa – In: 4º seminário de Relações Internacionais. UNILA: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Paraná, 2018.

BRITO, Ângela Ernestina C. de; LOPES, Jussara de Cássia S. “**A Integração do Negro na Sociedade de Classes**”: Uma Análise das discriminações e desigualdades raciais no Brasil. In: III CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012. Anais: Montes Claros – MG: 2012. 15p. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/segundo/images/trabalhos/eugenia/Jussara%20de%20Cassia%20Soares%20Lopes.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República do Brasil. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERQUEIRA FILHO, G. **Euclides da Cunha e a psicopatologia**: um indício para abdução. Scielo Brasil, 2008 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/gF9hjMMqjmLq7JTJrJYgY8d/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2022.

COSTA, Hilton. **1891: Escravidão, Liberdade, Privilégios e Tradição**. 2017. 20 folhas. – In: Trabalho vinculado à pesquisa de pós-doutoramento, realizada no Programa de Pós Graduação em História da UFPR, *A República dos Estados Unidos do Brasil: a igualdade desigual e outras peculiaridades* (2015) e ao meu projeto de pesquisa na Universidade Estadual de Maringá, *Cidadania Política e Teorias Raciais no início da República no Brasil*.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984. (Biblioteca do Estudante).

DORATIOTO, Francisco F. M. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edusp – Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978. Vol. 1.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 51 ed. São Paulo: Grupo Editorial GLOBAL.

GARCIA, Sérgio. **A triste república de Lima Barreto**. Época, O Globo, 2017. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/cultura/noticia/2017/06/triste-republica-de-lima-barreto.html>. Acesso em: 18 mai. 2022.

GOMES, F. dos Santos. “No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888 – 1889)”. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21. Rio de Janeiro: Candido Mendes, 1999.

GOMES, F. dos Santos; LAURIANO, J; SCHWARCZ, L. Moritz. **Enciclopédia Negra**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora Planeta, 2009. p.

GOMES, Laurentino. **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010. p. 15.

GUIMARÃES, Antonio S. A. **A República de 1889**: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17-36.

JÚNIOR, L. A. Martins. **Abolição da escravidão do Brasil**. Educação: Globo.com. Disponível em: <http://educacao.globo.com/artigo/abolicao-da-escravidao-no-brasil.html>. Acesso em: 18 mai. 2022.

LINS, A. **Rio Branco** (biografia). Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **João Cândido**: o mestre sala dos mares [livro eletrônico]. In: Coleção Personagens Pós-Abolição: trajetórias e sentidos de liberdade no Brasil Republicano. 1 ed. Niterói: Eduff, 2020. Versão: PDF.

ROLAND, Maria Inês. **A Revolta da Chibata**: Rio de Janeiro, 1910. In: Coleção Que História é Essa? 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

SANTOS, Luis C. Villafañe G. **Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Luis C. Villafañe G. **Euclides da Cunha: Uma Biografia**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2021.

SCHWARCZ, L. Moritz. **Lima Barreto**: Triste Visionário. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 354.

TERCI, M. R. **Guerra do Paraguai**: Da senzala ao front. Aventuras na História, 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/guerra-do-paraguai-da-senzala-ao-front-de-batalha.phtml>. Acesso em: 18 mai. 2022.

TORAL, A. A. de. **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai**. In: Estudos Avançados, v. 9, n. 24, p. 287-296, 1995.

VENÂNCIO FILHO, F. **Euclides da Cunha a seus amigos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Brasiliana).